



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 103

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 02: Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 103**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão****Expediente:**

Mensagens

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto

Dep. Neivo Beraldin

Dep. Elza Correia.....

Dep. Nereu Moura

Dep. Elio Rusch

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT:

Dep. Neivo Beraldin.....

Liderança do PMDB:

Dep. Nereu Moura.....

Liderança do PSB:

Dep. José Domingos Scarpellini

Liderança do PFL:

Dep. Plauto Miró Guimarães

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto.....

Liderança do PT:

Dep. Tadeu Veneri.....

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni.....

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni.....

Liderança do Governo:

Dep. Dobrandino da Silva.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão / Votação:

1ª Discussão (Proposição).....

1ª Discussão (Votação em).....

Redação Final.....

3ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Discussão Única (Indicações)....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão Ordinária**Publicações:**

Comissão Executiva:

Atos.....

Atas de Comissões:

Constituição e Justiça.....

Agric., Ind. Com. e Mercosul....

097ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE SETEMBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Secretária Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausente os Srs. Deputados Cesar Seleme e Chico Noroeste (02). Em viagem representativa os Srs. Deputados André Vargas e Ângelo Vanhoni (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Acho que a forma mais justa de homenagearmos um ex-Parlamentar, um ex-Presidente desta Casa, é realizando a Sessão.

A morte do companheiro Erondy Silvério ontem, deixou todos os Parlamentares abalados, porque ele teve uma vivência muito grande nesta Casa, não só com os Parlamentares mas com os funcionários também. Foi Deputado por diversos mandatos, Presidente da CCJ, Presidente da Executiva. Então, nossa forma de homenageá-lo é realizando esta Sessão e dando oportunidade às Lideranças Partidárias que homenageiem o nosso ex-Presidente.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 046/2005

Curitiba, 21 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. o presente anteprojeto de lei para a criação de uma entidade autárquica a denominar-se Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA.

O Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e de suas entidades vinculadas vem atuando de várias formas para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar e da produção agropecuária nas pequenas propriedades, em consonância com o cenário sócio-econômico predominante na agricultura paranaense.

Nesse contexto, a agricultura orgânica, como alternativa para os pequenos agricultores e para a agricultura familiar, caracterizada pelo uso dos insumos naturais, tem se tornado, mais que uma simples tendência ou modismo, consolidando-se em uma opção de agregação de valores e de renda para os agricultores familiares, com todos os benefícios correlatos que tal atividade pode proporcionar. Por estes motivos tem recebido amplo apoio dos programas estaduais de governo.

Cabe-nos enfatizar que milhares de produtores em todo o planeta, conscientes dos conteúdos da Agenda 21,

preconizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, têm buscado modelos de produção embasados nos paradigmas de uma agricultura sustentável.

Além das conhecidas vantagens há ainda, a melhoria de qualidade da saúde do pequeno agricultor, dos consumidores e de seus produtos. Este importante segmento do setor agrícola conta também com mercado garantido, tendo em vista a crescente busca por alimentos naturais cultivados pelo método orgânico.

Diante destas realidades, o Governo do Estado, no início do ano de 2002, constituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de apresentar propostas visando à revitalização e reocupação da área do antigo "Parque Castelo Branco", inserido na, então, recém criada Área de Proteção Ambiental do Iraí, tendo por objetivo dar-lhe uma nova destinação, prioritariamente voltada às atividades em agropecuária orgânica.

Coube, também, ao referido Grupo de Trabalho, estender suas propostas a todas as áreas agricultáveis pertencentes às instituições públicas estaduais, inseridas na APA do Iraí.

A formalização do Zoneamento Ecológico Econômico da referida Área de Proteção Ambiental proibiu o uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos em toda sua extensão, o que implicou na necessária adoção de modelo distinto, ou seja, a do método agroecológico.

Dos estudos realizados e das propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho, emergiu o projeto denominado "Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA", vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com a missão de promover pesquisa, ensino e extensão voltadas à agricultura com bases ecológicas, promovendo a conversão da extensa área representada pelas instituições estaduais presentes no APA do Iraí.

O CPRA, criado pelo Decreto nº 3.122, de 09 de junho de 2004, alterado pelo Decreto nº 5.261, de 17 de agosto de 2005, foi originalmente constituído por um Comitê Gestor formado por representantes das seguintes instituições parceiras: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, da Secretaria de Estado da Educação - SEED, da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

A esse Comitê Gestor coube a missão de discutir as diretrizes e metas do CPRA. Todavia, após quase dois anos de atuação, reconhece-se a existência de condições operacionais decorrentes da inexistência de maior autonomia administrativa necessária ao desenvolvimento das atividades agroecológicas, tendo em vista o relativo conflito decisório decorrente da existência de vários administradores com diferentes metodologias de trabalho, o que

impossibilita o adequado planejamento para a referida área física.

Em outro aspecto, o CPRA por não constituir-se em uma entidade com personalidade jurídica que lhe propicie autonomia funcional e orçamentária próprias, tem encontrado dificuldades no desenvolvimento dos projetos a serem executados, resultando na falta de credibilidade para estabelecimento do seu próprio rumo e, assim, posicionar-se em igualdade perante outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que surgem como potenciais parceiras.

O CPRA sob a modalidade autárquica continuará com sua sede no Município de Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, permanecendo com sua atual denominação, qual seja, “Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA”, porém constituída pela unificação das áreas agricultáveis, das benfeitorias, máquinas, veículos, equipamentos, móveis, pomares, rebanhos e demais bens oriundos da “Estação Experimental do Canguiri”, atualmente administrado pelo Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, do “Mundo do Campo”, pertencente à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-PR e das fazendas do Hospital Psiquiátrico “Colônia Adauto Botelho”, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde - Sesa e da Colônia Penal Agrícola, subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Seju.

A formação do corpo técnico, administrativo e operacional será constituída por nomeações, transferências, ou por cessão de servidores, e, ainda, por concurso público.

Suas diretrizes básicas, delineadas quando da criação do projeto, continuam sendo:

a) a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, por meio de atividades de pesquisa e validação voltadas à agropecuária orgânica e aos sistemas agroflorestais e silvipastoris, atendendo, de forma prioritária, à agricultura familiar com base ecológica;

b) a promoção de parcerias, de ações de ensino e de extensão rural para a capacitação de técnicos, de produtores, de filhos de produtores, de consumidores, de estudantes, de professores e demais interessados;

c) a promoção de ações conjuntas com a Seju, visando a reinserção social dos reclusos da Colônia Penal Agrícola e com a Sesa a prática de terapias ocupacionais aos pacientes do Hospital Psiquiátrico “Colônia Adauto Botelho”;

d) a produção de alimentos, de plantas aromáticas, condimentares e promotora de saúde;

e) a produção de sementes, mudas, compostos, biofertilizantes, coberturas mortas, adubos verdes, húmus e demais insumos necessários à sustentabilidade do próprio CPRA;

f) o apoio às ações em educação ambiental; e

g) o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, que visem a promoção da agricultura ecológica.

Com a instituição desta autarquia as áreas que a comporão serão objeto de planejamento estratégico, com a otimização dos recursos humanos e de materiais, visando sua melhor ocupação, conservação, manejo e conversão das áreas inadequadamente utilizadas e, ainda, a racionalização de investimentos e aplicação destes recursos em bens, atividades e projetos prioritários.

A criação da autarquia caracterizará um avanço importante ao Estado para, em futuro próximo, oferecer às comunidades agroecológicas mundiais as bases para a criação de um Centro Internacional de Agroecologia, para o intercâmbio técnico de conhecimentos com os outros vinte e dois centros internacionais voltados à agricultura ecológica.

Escudando-se na certeza de que o CPRA constituir-se-á em alternativa voltada ao desenvolvimento rural sustentável, promovendo o livre acesso do agricultor familiar a todas às tecnologias agroecológicas adequadas à sua realidade sócio-econômica, com a convergente promoção da justiça social, objetivos concretos desta Administração Pública.

Assim, tomamos a liberdade de submeter à apreciação de V. Exa. incluso anteprojeto de lei.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º É instituído o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA, entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Parágrafo Único. Equivalem-se para fins desta Lei as expressões “Centro Paranaense de Referência em Agroecologia” e a sigla “CPRA”.

Art. 2º O Centro Paranaense de Referência em Agroecologia terá sede e foro na Estrada da Graciosa, nº 4000, Município de Pinhais, Estado do Paraná, com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, gozando dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 3º O Centro Paranaense de Referência em Agroecologia tem por missão divulgar, apoiar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis, baseados nos preceitos da ciência agroecológica.

Art. 4º No desempenho de suas atividades, compete ao Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA:

I - a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, por meio de pesquisa e validação, voltados à agropecuária orgânica, sistemas agroflorestais e silvipastoris atendendo prioritariamente à agricultura familiar com base ecológica;

II - a promoção de ações de ensino e extensão rural com capacitação de técnicos, produtores, filhos de produtores, consumidores, estudantes, professores e público interessado;

III - a promoção de ações conjuntas com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, visando a reinserção social dos reclusos da Colônia Penal Agrícola e com a Secretaria de Estado da Saúde - Sesa, a prática de terapias ocupacionais aos pacientes do Hospital Psiquiátrico Colônia Adauto Botelho;

IV - a produção de alimentos, de plantas aromáticas, condimentares e promotoras de saúde;

V - a produção de sementes, de mudas, de compostos, de biofertilizantes, de coberturas mortas, de adubos verdes, de húmus e demais insumos necessários a sustentabilidade do próprio CPRA;

VI - o apoio de ações em educação ambiental; e

VII - o estabelecimento de parcerias com demais instituições da iniciativa pública e privada que visem a promoção da agricultura com base ecológica.

Art. 5º No cumprimento de seus objetivos o CPA poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e outros instrumentos legais congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, estrangeiros ou internacionais;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores público e privado ou a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais; e

III - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa do Estado e efetuar a sua cobrança judicial.

Art. 6º O Patrimônio do CPRA será constituído de:

I - as áreas agricultáveis que integrarão o patrimônio da CPRA são as descritas nas Transcrições das Transmissões sob nºs 13.100, do Livro 3-L; 14.808, do Livro 3-N e 12.475, do Livro 3-K, da 6ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, excluídas as edificações das demais unidades da administração estadual instaladas na grande área e de acordo com o respectivo Termo de Transferência, a ser elaborado pela SEAP/CPE;

II - todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados pelo Governo do Estado e dos que venha a adquirir;

III - doações, legados, de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais; e

IV - outros bens não expressamente referido, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 7º Constituem receitas do CPRA:

I - créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo Orçamento Geral do Estado ou da União ou dos Municípios;

II - auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - recursos provenientes de acordo, convênio, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

IV - rendas patrimoniais, operações financeiras e juros; e

V - saldos de exercícios encerrados.

Art. 8º O Centro Paranaense de Referência em Agroecologia será administrado por:

I - Conselho de Administração; e

II - Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração, composto de 10 (dez) membros, não remunerados, será presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, cabendo ao Diretor Presidente do CPRA o exercício das funções de Secretário Executivo.

§ 2º A Diretoria será composta por 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor Adjunto nomeados pelo Chefe do Poder Executivo dentre pessoas de reconhecida capacidade administrativa na área.

Art. 9º O regulamento e a estrutura básica da autarquia CPRA serão estabelecidos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, atendidas as disposições da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 10. Ficam criados no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 01 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1;

II - 01 (um) cargo de Diretor Adjunto, símbolo DAS-3;

III - 04 (quatro) cargos de Coordenador, DAS-5;

Art. 11. Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e a proceder ao remanejamento dos cargos de provimento em comissão, para implantação da estrutura organizacional dos órgãos e entidades, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 12. Os servidores públicos do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, serão nomeados em cargos públicos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 13. O Centro Paranaense de Referência em Agroecologia prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação aplicável.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito especial, servindo como fonte de recursos, os incisos II e III, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de maio de 1964, visando implementar a presente lei.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 047/2005

Curitiba, 21 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar reversão, mediante doação, ao Município de Cândido de Abreu, do imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes urbanos nº 14 e 16, com área de 1.200 m (um mil e duzentos metros quadrados), localizados à Avenida Visconde Charles de Laguiche, na sede do referido Município, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 1.233, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cândido de Abreu.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que o imóvel a ser revertido, será exclusivamente destinado à ampliação da Escola Municipal Cecília Sawczvk, possibilitando sensível melhoria ao ensino público daquela municipalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, ao Município de Cândido de Abreu, do imóvel constituído pelos lotes urbanos nº 14 e 16, com área de 1.200,00 m, localizados na Avenida Visconde Charles de Laguiche, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 1.233, do Registro de Imóveis da Comarca de Cândido de Abreu.

Art. 2º A área em questão será destinada à ampliação da Escola Municipal Cecília Sawczvk, retornando ao patrimônio do Estado, caso for comprovado destino diverso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 047/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual elaborar e publicar um Decreto, na forma do artigo 87, V, da Constituição Estadual, que contemple a seguinte questão:

Seja alterado o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 5141, de 12 de dezembro de 2001, para introduzir normas no sentido de elevar a alíquota interna do ICMS sobre o feijão para 12% (doze por cento) e manter a mesma alíquota interestadual em 12% (doze por cento) e, em contrapartida, oferecer um crédito-presumido de 10% (dez por cento) nas operações internas e interestaduais, de tal forma que a carga tributária líquida caia para 2% (dois por cento), no mesmo nível dos demais Estados produtores.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(aa) ELTON CARLOS WELTER

RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem uma produção anual de 660.000 (seiscentos e sessenta mil) toneladas e até o ano de 2003 foi o maior produtor nacional de feijão, porém nos últimos anos foi suplantado pelo Estado de Minas Gerais.

Desta produção, cerca de 42% (quarenta e dois por cento) é consumido no Estado, enquanto mais da metade é destinada para outros estados, notadamente Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No Estado do Paraná o feijão é tributado com uma alíquota de 7% (sete por cento) na operação interna e de 12% (doze por cento) na operação interestadual, no entanto, a redução da carga tributária nos principais estados produtores está ensejando perda de competitividade da produção paranaense.

Mas esta perda de competitividade está causando uma falta de transparência na cadeia produtiva, gerada pela sonegação, uma vez que há muita informalidade do setor e a produção paranaense está sendo comercializada como se fosse produção de outros estados. Isto inclusive é a causa do desinteresse das cooperativas comercializar feijão e desmotivando a existência de cooperativas específicas e perda de inovação tecnológica na produção do feijão no Estado do Paraná.

Este problema deverá ser urgentemente enfrentado pelo Governo do Estado e para tanto, sugere-se a alteração da carga tributária líquida, para equiparar aos demais estados produtores, o que não importará em perda de receita, mas ao contrário, vez que combaterá automaticamente a sonegação, bem como incentivará a produção desta cultura, que tem significativa importân-

cia na agricultura familiar, tanto na mão de obra, como na produção de renda, pois, segundo o último senso, era de 154.000 (cento e cinquenta e quatro mil) produtores.

Ademais, a medida provocará a redução do preço do produto ao consumidor paranaense.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a indicação da Deputada Elza Correia da Bancada do PMDB, para fazer parte do Conselho Mulher-Cidadã Zilda Arns.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que a Deputada Luciana Rafagnin irá compor o Conselho que instituiu o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, conforme dispõe a Resolução nº 002/2005.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) TADEU VENERI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2927

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM a retirada do Projeto de Lei nº 125/2005, item 02 da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA

ALEXANDRE CURI

ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, autorização para representar esta Casa de Leis no Município de Londrina no dia 29 do mês corrente.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2914

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERERM comunicar a participação, na reunião da União Parlamentar do Mercosul - Bloco Brasileiro, a realizar-se nos dias 29 e

30 de setembro de 2005, na Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2930

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERERM, após ouvir o douto Plenário, autorização para se ausentarem desta Assembléia Legislativa visando acompanhar o Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, em viagem oficial à França entre os dias 08 a 17 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(aa) NEREU MOURA

ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, licença para se ausentar das Sessões Ordinárias dos dias 28 e 29, para participar, no Município de Marmeleiro, de Seminário do Meio Ambiente, e, na Cidade de Francisco Beltrão, da Audiência Pública do Leite, esta última por proposição da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e do Mercosul, desta Casa, a qual presido.

Tal pedido se justifica, haja vista que ambas serão realizadas na região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, a constituição de uma Comissão de Deputados Estaduais para acompanhar, junto ao Ministério dos Transportes e ao Governo Federal, as questões referentes à BR-476, trecho que liga o Município da Lapa ao Município de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 2903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Rocha Schleder, ocorrido no dia 26 do corrente mês, na cidade de Pato Branco/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua filha, Sra. Mara Schleder Dallacosta,

enviando correspondência à Rua Itabira, 1627 - Centro, CEP 85501-290 - Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antonio Rocha Schleder faleceu aos 77 anos, na cidade de Pato Branco/PR.

Natural de Passo Fundo/RS, transferiu-se para Pato Branco, onde residiu praticamente toda sua vida.

Foi um homem dedicado ao setor madeireiro, prestando relevante contribuição para o desenvolvimento econômico daquele município.

Perdemos um amigo. Sempre sofremos quando perdemos alguém especial. Mas sabemos, dentro da nossa fé cristã, que a vida é um estágio para outra vida em outro lugar mais elevado. E é justamente nesse outro lugar, na presença do Pai Criador, que o “seu” Antonio encontra-se ajudando, com seu talento, a tornar o céu ainda mais bonito.

Temos absoluta certeza de que foi justamente no caminho da retidão, dos valores éticos e morais, que ele pautou a sua vida e, principalmente, procurou construir a sua história em cima dos pilares sólidos da justiça, do amor ao próximo, da compreensão e da dedicação à família.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 2910

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família Micheletti, pelo falecimento da Sra. Regina, ocorrido na data de hoje, na cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao seu esposo, Nedson Luiz Micheletti, Rua Pará, 971 - ap. 131 - CEP 86010-926, Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2911

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu líder, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento de Regina Micheletti, aos 42 anos de idade, ocorrido em Londrina na madrugada de hoje.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento da Bancada do

PT, a Regina Micheletti, funcionária da Coordenadoria de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) desde 1986. Esteve casada por 21 anos com Nedson Micheletti, Prefeito de Londrina, e teve dois filhos: Rafael, 19 anos e Juliana, 14.

REQUERIMENTO Nº 2921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Regina Fonseca Micheletti, esposa do Exmo. Sr. Nedson Luiz Micheletti, Prefeito da cidade de Londrina.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Tânia Mara Oliveira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2929

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família da servidora Regina Fonseca Micheletti, pelo seu falecimento ocorrido na madrugada de hoje (27 de setembro de 2005).

Afastada de suas funções profissionais em virtude de complicações cirúrgicas, Regina Fonseca Micheletti era uma das competentes funcionárias da Universidade Estadual de Londrina. Também era casada com o Prefeito de Londrina, Nedson Micheletti, a quem manifestamos nossas condolências.

pela sua história de vida de quase vinte anos servindo à UEL, peço a meus Pares apoio à proposta, solicitando ainda que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à família da servidora.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de congratulações à Albatroz Turismo, pelos vinte anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado, em nome da Sra. Cristiana Pitol Grassano, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço à Agência Bronx, Diretoria, equipe de funcionários, na pessoa de seu Diretor Cláudio Watanabe, rua Mal. Deodoro, 170 - 4º andar - CEP 81010-100, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pela Amigo - Associação dos Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de duzentas instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em trinta horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das cidades da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a bênção de S. Exa. Revma., o Sr. Arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, Monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, Sra. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron, do Turismo; Vera Haj Mussi Augusto, da Cultura; Luiz Fernando Delazari, da Segurança Pública; dos Srs. Comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho de sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamientos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Sra. Regina Casillo. E ainda a destacar,

a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a Orquestra Paranaense de Violas, William e Renan, Os Metralhas, Banda Innexus, Banda Katmandu, Irmã Inês e seus Rappers, Coral Asa Branca de Paranaguá, Balé do Centro Espanhol do Paraná, Grupo Folclórico Italiano Garibaldi, Grupo Ucrâniano Poltava, Banda da Polícia Militar do Paraná, Grupo Germânico do Clube Concórdia, Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark, Grupo Folclórico Anima Dante, Banda Hangar 18, Banda Le Figarô, Banda Lyra Curitiba, Teatro de Bonecos Dada / Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda "Evangelizar é Preciso", Padre Carlos Kleina e sua "Bandeira do Divino Espírito Santo".

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC - Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre Diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TV's CNT e Exclusiva - Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações à Sra. Iara Lúcia Guimarães (proprietária da Turis New Agência de Viagens e Turismo), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Marino Martioli.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Sargento Fernando Antonio da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Bráulio José Veiga.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Ademilson Antônio Alves Batista, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2933

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente requerimento subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, aprovação de justa moção de apoio e solidariedade ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, Presidente da Rede Paranaense de Comunicação - RPC, em razão do fato a seguir narrado.

O eminente jornalista paranaense, sempre a frente das mais relevantes questões paranistas, ao noticiar fato ocorrido com crianças que participavam do Festival de Arte, o Fera, por dever de ofício próprio dos veículos de comunicação, desagradou ao Governador, que em atitude das mais desrespeitosas, agressivas, indignas do cargo de dirigente dos destinos deste Estado, atreveu-se a mandar

confeccionar um grotesco “troféu” denominado Severino Cavalcanti, para entregá-lo ao Dr. Francisco, que ao cumprir seu dever de jornalista, teria, segundo a distorcida visão do Governador, se posicionado contra o Paraná e prestado um desserviço ao Estado.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, NELSON GARCIA, LUIZ CARLOS MARTINS, RENI PEREIRA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, RATINHO JÚNIOR, AILTON ARAÚJO, DURVAL AMARAL e CIDA BORGHETTI.

REQUERIMENTO Nº 2904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião; ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Pugliesi e ao Diretor-Geral do DER, Sr. Rogério Tizzot, solicitando a recuperação (recapeamento) da Rodovia PR-180, no trecho entre as cidades de Guaporema e Rondon, que encontram-se em precárias condições de tráfego.

A referida estrada recebeu diversas operações emergenciais “tapa-buracos” e já não comporta mais este tipo de reparo, sendo necessário, com a máxima urgência, o recapeamento total da rodovia, que suporta diariamente um pesado tráfego de caminhões transportadores de cana para duas grandes usinas da região, para evitar os constantes acidentes que vêm ocorrendo naquela rodovia.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal de Guaporema, Sr. Gilberto Castiglioni; o Presidente da Câmara Municipal de Guaporema, Vereador Irineu Dias de Paula (Guaporema/PR - CEP 87810-000); o Prefeito Municipal de Rondon, Sr. Ailton Alfredo Valotto e Presidente da Câmara Municipal de Rondon, Vereador Osvaldo Trevisan (Rondon/PR - CEP 87800-000).

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2915

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação da Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, como pedido de urgência; o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, deste Estado, Sr. Rogério Wallbach Tizzot; solicitando cópia do contrato ou dos documentos competentes que autorizaram e/ou contrataram a construção do Contorno Norte, que passa pelo Município de Almirante Tamandaré.

Tal pedido é não só de interesse deste Parlamento, bem como dos moradores do Jardim Monte Rei, do

Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, encaminhando cópia de documento recebido por este Parlamentar para que as devidas providências sejam tomadas, referente à segurança nos bairros: Jardim Alah, Jardim Gaion e adjacências, em Londrina.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Cultura, Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando auxílio para a reativação da Banda Marcial do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, conforme reportagem publicada no caderno Cidades, da Folha de Londrina, em 27/09/2005.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 593/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 13.867, de 08 de novembro de 2002, que autorizou o Poder Executivo a reverter doação de imóvel ao Município de Icaraíma, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal exclusivamente para a construção de um entreposto de pesca, nos lotes de nºs 2, 3 e 4, e de um centro de apoio ao jovem, nos lotes 5 e 6, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 13.867, de 08 de novembro de 2002, autorizou o Poder Executivo a reverter a doação de imóvel ao Município de Icaraíma.

Com a demora de execução da referida lei, o Município de Icaraíma acabou construindo a quadra de esportes, objeto da Lei nº 13.867.

Sendo assim, procuramos, através do presente plano de lei, destinar o referido imóvel para a instalação de um entreposto de pesca e de um centro de apoio ao jovem.

PROJETO DE LEI Nº 594/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.903 de 06 de dezembro de 2002, passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º...

Parágrafo Único. A Prefeitura beneficiária poderá alienar o imóvel objeto da presente lei, seja de forma onerosa ou gratuita, para outra entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que motivadamente, atendido o interesse público.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a redação anterior do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.903 de 06 de dezembro de 2002.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa revogar cláusula de inalienabilidade constante da Lei 13.903/2002, que autorizou o Poder Executivo do Estado a doar à Prefeitura Municipal de Cafelândia, imóvel que especificou.

O referido imóvel destinar-se-ia exclusivamente a abrigar as instalações da Câmara Municipal, sendo que não poderia ser dada outra destinação. assim, fora gravado o imóvel com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Ocorre que, hodiernamente, a destinação anteriormente objetivada não atende os interesses da população local. Isso porque a Câmara Municipal encontra-se devidamente instalada em outras dependências.

Assim, o Município não poderia dar a devida utilização ao imóvel objeto de presente projeto, sob pena de reversão do imóvel ao Estado.

Todavia, é de interesse da Administração Pública local dar utilidade diversa ao imóvel, sendo que uma eventual alienação a outra entidade da Administração Pública, seja Direta ou Indireta de qualquer das esferas

da Federação, evitará que permaneça em seu território imóvel ocioso, maculando a própria imagem do Município.

Não bastasse, há interesse de entidades locais em aproveitar o imóvel em prol do interesse público, satisfazendo a exigência preconizada pela Constituição Federal.

Esta área atende às necessidades do Município, o qual tem como preceito o eficiente atendimento à sua população, sendo que, para tanto, solicita a mesma para que possa satisfazer o interesse da população local.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 595/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Queda do Iguaçu, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente Associação, foi fundada na data de 16.08.2003, e possui como finalidade, dentre outras atividades:

1) colaborar para a reabilitação e integração social dos deficientes da audição e da fala, através de educação, formação e encaminhamento profissional e técnico;

2) promover reuniões e debates, conferências e círculos de estudo para os pais, professores e público em geral;

3) defender os direitos dos deficientes da audição e da fala, junto às pessoas de direito público e privado;

4) promover cursos para ex-alunos da Escola, para seu maior desenvolvimento e proveito;

5) promover com recursos próprios, ou estimular terceiros a fazê-lo, o incentivo e propagação das atividades, dos deficientes da audição e da fala, através de exposições, doações de material, patrocínio de cursos e semelhantes;

7) integrar os deficientes da audição e da fala na sociedade, informando os problemas correlatos, para em conjunto solucioná-los.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 596/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a tarifa de esgoto para 50% (cinquenta por cento) da tarifa da água, em todo o Estado do Paraná.

§ 1º Fica mantida a tarifa social - Decreto nº 2.460/2004.

§ 2º A redução à aplicada em todas as categorias da tabela hoje em vigor - Decreto nº 6.590/2002.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVAS:

01. A propositura em tela, tem por objetivo, a minoração da tarifa de esgoto de 80% para 50% - que é cobrada sobre a tarifa da água pela Sanepar - em todo o Estado do Paraná.

02. Tal redução, além de minorá-la, vem unificar em uma única tarifa para todo o Estado, pois em Curitiba e Maringá, atualmente está majorada em 80% da tarifa da água.

03. Os investimentos realizados e a porcentagem do esgoto atualmente tratado em todo o Estado, não justificam o elevado valor que está sendo cobrado.

04. Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

PROJETO DE LEI Nº 597/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as APAE'S - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sedes e sub-sedes neste Estado, isentas dos pagamentos de pedágios dos veículos de suas propriedades, em todo o Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A identificação dos veículos se dará através do logotipo pintado nas portas dos mesmos, ou ainda, pelo documento do Detran com registro de propriedade.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.09.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

01. A propositura em tela, tem por objetivo, isentar dos pagamentos de pedágios, todos os veículos de propriedades das APAE's com sedes e sub-sedes no Estado do Paraná.

02. Tal isenção vem minorar os gastos em transporte, dessas entidades filantrópicas, quando do deslocamento, dentro do Estado, de cidadãos paranaenses atendidos, direta e indiretamente, por suas Unidades Operacionais.

03. O deslocamento se dá entre hospitais, casas de apoio e de repouso, sempre no intuito de melhor atendimento social e médico.

04. O trabalho realizado pelas APAE's, na maioria das vezes, acontece com parcerias e/ou subsídios financeiros com o próprio Estado.

05. Nada mais justo que isentá-las, pois exercem um trabalho que é dever do Estado e direito do Cidadão Desamparado, como a assistência social, moral, psicológica e educacional.

06. Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares, para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos consternados com a notícia que recebemos logo nas primeiras horas deste dia, quando faleceu a 1ª Dama de Londrina, esposa do Prefeito Nédson Micheletti, Regina Fonseca Micheletti, aos 42 anos de idade. Ela estava internada na Unidade de Terapia Intensiva da Santa Casa de Londrina há alguns dias, tendo, inclusive, já problemas anteriores, lutando contra o câncer. Acabou falecendo às 03h00 desta manhã. Uma londrinense que tinha 42 anos, casada há 21 anos com o Prefeito reeleito de Londrina, Nédson Micheletti, deixa filhos de dezenove e quatorze anos, um rapaz e uma moça. Ela, que teve marcada a sua atuação ao lado do seu esposo de uma forma muito concreta, na conduta em que exerceu a companhia política de um Chefe do Executivo da segunda cidade mais importante do Estado do Paraná.

Estamos, na tarde de hoje, encaminhando um requerimento a esta Casa propondo um voto de profundo pesar ao Prefeito Nédson Micheletti, com quem estive logo no começo desta manhã e me dirigi, inclusive, ao local do velório, que é o Clube Alemão em Londrina, para onde foram diversas autoridades do Partido dos Trabalhadores do Paraná e do Brasil. O sepultamento está marcado para às 15h30, e estamos, sem dúvida nenhuma, aqui, todos, nos solidarizando neste momento difícil, desejando conforto ao Prefeito Nédson Micheletti, que foi nosso adversário na disputa por duas vezes à Prefeitura de Londrina, foi meu adversário no pleito de 2000, quando fomos ao segundo turno, e ele acabou se reele-

gendo na primeira oportunidade. Sempre tivemos um respeito muito grande para com o Nédson Micheletti, principalmente neste momento difícil que ele está atravessando, com várias denúncias e inclusive de investigação pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Mas, fomos desejar força, independentemente de Partido, para que o Prefeito possa passar por esse momento conturbado da sua vida pessoal e que possa se dedicar com todo o empenho, com toda a dedicação a administrar a cidade que todos nós amamos, torcemos e trabalhamos para que ela possa ser grande, acima de tudo.

Fica aqui o nosso registro da morte da Sra. Regina Fonseca Micheletti, uma funcionária já há quase vinte anos da Pró-Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, na área de recursos humanos. Uma mulher que abdicou de ser a 1ª Dama e de ocupar qualquer cargo público na administração municipal de Londrina, mas sempre esteve ao lado de seu marido cumprindo o papel de esposa, de mãe e de companheira, acima de tudo. A descrição da Sra. Regina foi realmente algo inusitado. Ela, que não aceitou o rótulo e nem o glamour das colunas sociais, mas continuou o seu trabalho como servidora pública, cuidando da família. Infelizmente ela veio a falecer.

Fica aqui meu registro na tarde de hoje, Sr. Presidente, em respeito à memória dessa jovem senhora que nos deixa e que sempre marcou a sua conduta pelo polimento, pela cordialidade e, sobretudo, pela humildade. Uma mulher cristã, com profundas raízes dentro da igreja e que era, acima de tudo, braço direito do nosso Prefeito.

Os nossos sentimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência também quer se solidarizar neste momento difícil com o Prefeito Nédson, de Londrina. Realmente a senhora dele falece muito jovem, 42 anos.

Então, neste momento difícil, em nome desta Casa, queremos nos solidarizar com o Prefeito.

Com a palavra, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há momentos em que subir a esta tribuna, como Parlamentar, nos enche de orgulho, sobretudo no caso que vou discutir hoje, de um feito e uma solicitação da Comissão que presido nesta Casa, Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa e dos Municípios. Junto com seus membros remetemos ao Governo do Estado, o Ofício nº 2654/2004 e também respaldados pelo relatório da CPI do Banestado que foi uma CPI que, efetivamente, já trouxe resultados altamente positivos na esfera civil e criminal.

Hoje, o Governador do Estado, atendendo o estudo feito pela Procuradoria do Estado, entendeu por bem, através de um decreto, dar como encerrada a exclusivi-

dade do Banco Itaú com as contas, com o dinheiro público do Estado do Paraná.

O Banco Itaú, quando comprou o Banestado, no edital constava cinco anos para o Itaú. Todos sabemos que a Constituição Federal e a Constituição Estadual determinam: “dinheiro público tem que ser aplicado em banco público”. Pode ser aplicado em banco privado desde que seja feita uma concorrência e que se constate que o banco privado seja mais lucrativo para o ente público.

Então, agora no mês de outubro, ficam encerrados este cinco anos conquistados pelo Itaú para ter a exclusividade do dinheiro do Estado.

Agora vejam, Sras. e Srs. Deputados, o ex-Governador, não contente em ver o povo do Paraná pagando 52 milhões de reais, por mês, até março de 2029, por conta do rombo do Banestado, três anos antes de encerrar os cinco que o Itaú teria conquistado através da compra do edital, renova por mais cinco anos, numa ação secreta, sem que ninguém tivesse sequer tido notícia. Simplesmente quando a CPI do Banestado convocou o Sr. Setúbal e ele aqui esteve depondo na CPI do Banestado, o ilustre Deputado Bradock lhe fez uma pergunta constrangedora, porque ele não sabia e não soube responder naquele momento quanto teria pago para ter mais cinco anos de exclusividade do dinheiro público do Estado do Paraná. Ele se assustou e disse o seguinte: “não sei se foi cem milhões, noventa milhões, oitenta milhões. Não me lembro bem, sei que fiz o cheque, assinei o cheque”. Agora, em que conta foi depositado esse dinheiro?

Farei uso do Grande Expediente. Mas esse decreto que o Governador acaba de assinar, é um decreto com 57 páginas. Portanto, nota-se que há um trabalho jurídico bastante detalhado por parte da Procuradoria do Estado. E a nossa felicidade também é por estarmos vendo, estarmos conversando com os Procuradores do nosso Estado onde estão encaminhando ações que dizem que o Estado do Paraná tinha o direito dos créditos tributários, que acabou também o Itaú levando como presente. Nesta ação, o Estado há de reaver mais de um bilhão e meio de reais.

Há também um outro trabalho em curso para reaver os títulos podres que Alagoas emitiu e o Banestado comprou e ainda no Governo passado foi feito um acordo com o Estado de Alagoas, dando uma carência absurda, tabela com juros lesivos ao interesse do Paraná, mas graças a Deus, a Secretaria do Tesouro Nacional também declarou nulo aquele ato, porque fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde determina que fica proibido entendimento entre Estados. É preciso ter anuência da União. Não pode simplesmente o Estado do Paraná celebrar um contrato com o Estado de Alagoas. E a Presidência da Casa já recebeu notificação por parte do Tesouro Nacional, dizendo que está inválido esse contrato.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Não atrapalhando vosso raciocínio, gostaria de cumprimentá-lo aqui, e acima de tudo, parabenizá-lo. V. Exa. orgulha o Partido Democrático Trabalhista, por ter se esmerado nessa trincheira na luta em defesa do interesse público. Essa assinatura do Governador Roberto Requião corrige uma distorção que, sem dúvida nenhuma, atrapalha, e muito, o progresso do nosso Estado, praticamente engessando a economia e com isso, evita a exclusividade a uma instituição pública que com certeza, não tinha nenhum tipo de benefício para a população paranaense.

Parabéns a V. Exa. que é, repito aqui, um especialista nesta matéria e que trabalhou juntamente com toda a equipe que compõe vosso gabinete e que na tarde de hoje, coroa esse trabalho de êxito, já que encontrou ressonância pelo lado do Executivo.

Parabéns, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Eu agradeço a manifestação de V. Exa. mas devo dizer que eu tenho que dividir com os membros da CPI do Banestado e também com os atuais membros da Comissão de Fiscalização desta Casa, que não têm faltado às reuniões e que têm sido partícipes do nosso trabalho.

Agora vejam, Srs. Deputados, o funcionário público, por que razão tem que receber os seus proventos só no Banco Itaú? Por que o Prefeito de Mallet, que me dizia nesta semana, quando assina um convênio com o Estado ele tem que assinar dizendo que o dinheiro vai passar pelo Banco Itaú? Por que não pode receber, como ele gostaria de depositar no Banco do Brasil, patriota que é ou na Caixa Econômica Federal? Tem que ir lá, se dirigir ao Banco Itaú, que certamente cobra taxas a mais dos nossos funcionários?

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)

Deputado Neivo, estou atento às suas palavras, como esta Assembléia também está atenta ao seu trabalho e o povo do Paraná também, com relação à fiscalização dos entes públicos, quer estadual ou municipal.

V. Exa. já vem lutando há muito tempo por essa questão da quebra do monopólio do Banco Itaú em relação às contas do Banestado, que ficaram, desse inventário do Banestado, para o Banco Itaú, que foi fechando as agências nas pequenas cidades do Paraná e ficando apenas com aquelas que realmente eram e são interessantes do ponto de vista financeiro. Enquanto o Banestado também tenha o aspecto social, financeiro-social, que seria o econômico, nós vemos que o Itaú vive na busca das boas praças e esquece dos pequenos e longínquos municípios que precisam de uma agência para poder atender ao povo,

aos funcionários, enfim, àqueles que estão lá, distantes dos centros maiores.

Há meses atrás levantamos esta questão aqui na Assembléia e pedimos, através de requerimento votado e aprovado, as explicações do Secretário da Fazenda e do Secretário do Planejamento sobre essa questão.

Quero fazer um apelo agora à Bancada do Governo e ao Governo do Paraná para que, na concorrência, não veja apenas a questão de um ganhador para as cidades onde haja as agências. Suponhamos que o Banco do Brasil seja o vencedor desse pleito. O Banco do Brasil não teria estrutura para atender às folhas de pagamento dos funcionários do Estado, porque não está presente nas pequenas cidades do Paraná e nós já vemos as questões dos caixas do Banco do Brasil também superlotados aqui na Capital e se forem para o Banco do Brasil essas contas, vejo que teremos filas de duas, três horas, para poder atender aos funcionários e aos correntistas que se deslocarão de um sistema bancário para outros.

Nós queremos, Deputado Neivo Beraldin, que o Governo do Estado, ao fazer essa medida, faça-a descentralizando, aonde houver Banco do Brasil, seja o Banco do Brasil ou pode ser até uma parte pelo próprio Itaú, por que não? Vai depender do interesse, da conveniência. Aonde houver o Banco Itaú, ou o Banco do Brasil, que nós pudéssemos ter um atendimento múltiplo e, aonde não houver as agências do Banco do Brasil ou do Itaú, que possa ser feito pelo Sicredi, ou que possa ser feito até pelas agências das loterias.

Porque é um absurdo! Nós vemos na região de Apucarana, tem cidades que não tem banco nenhum; estão tendo que se deslocar de um lugar para outro!

O Secretário da Fazenda nos mandou resposta, junto também com outra do Planejamento, colocando que era impossível fazer essa descentralização para poder atender aos anseios e necessidades daqueles oradores, porque tinha esse compromisso de monopólio com o Banco Itaú.

Eu fico agradecido e o Paraná agradece a sua gestão sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Muito obrigado, Deputado Scarpellini.

Agora, vamos fazer um raciocínio muito rápido. O Orçamento do Estado do Paraná é quinze bilhões de reais. Quinze bilhões de reais, de recursos nossos, da receita nossa, sem contar o repasse do Governo Federal, sem contar outras fontes. Então, qual é o banco que não tem um significativo interesse em dar uma super contrapartida a um Estado como o Paraná?

Imagine, V. Exa. se o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal não teriam lucro e alta vantagem em estabelecer uma rede bancária, que possa atender, de pronto, todos os municípios do Paraná? Eu duvido! Nada, nenhum negócio deste Brasil dá tanto lucro quanto o banco!

Então, não há razão para protelarmos essa medida que é certamente a favor do Estado, e que, o Governador Requião quando aqui esteve no encerramento da CPI do Estado, sancionou uma lei oriunda da lavra dos membros da CPI do Estado. O Supremo Tribunal Federal, por influência da Federação dos Bancos do Brasil, disse que a nossa lei que acabava com a exclusividade, - como ele está acabando agora, com o Decreto -, tinha vício de origem. Ela não poderia partir do Parlamento Estadual; ela deveria ter partido do Executivo, mas se ele deu anuência e se o Itaú quiser brigar na Justiça com o Estado do Paraná, eu penso o seguinte, pragmaticamente: O Estado que deixe mil reais, no Itaú e faça concorrência para colocar o grosso no outro banco. Aí, que abra essa situação, que me parece que está de pleno acordo com o Governador Requião.

Mas, eu dizia que estou acompanhando o Ministério Público Estadual, Procuradoria do Estado; estou reafirmando, mais uma vez, que o Banco Central foi negligente na questão da falência do Banco do Estado do Paraná. Tratou a questão politicamente, não tecnicamente. Isso eu provo através de uma auditoria conquistada por ordem judicial, onde o próprio Banco Central atestava: tinha 2,6 bilhões de passivo a descoberto, então não podia certamente honrar os seus depósitos. Ele deveria ter federalizado o Banco, e não o Governador ir buscar 5,6 bilhões de dinheiro emprestado para que o povo do Paraná pagasse a conta.

E tem mais, a Caixa Econômica Federal, para resolver o seu problema contábil, emprestava dinheiro ao Banco do Estado para poder fechar o seu caixa diário com juros extorsivos. Só ali o Paraná tem mais de 400 milhões de reais em haver da Caixa Econômica Federal.

Penso que a Procuradoria do Estado deveria entrar com uma ação contra a União Federal que, por conseguinte atingindo o Banco Central e também a Caixa Econômica Federal para um entendimento, porque não pode o povo do Paraná estar pagando 52 milhões por mês, tabela CELIC, que aumenta todos os meses até março de 2029. Isso daria para comprar 4 mil carros populares por mês para atender saúde, educação, e segurança.

Essa é a grande batalha que tem que ser travada pelo povo do Paraná e certamente pelo Governo e por todos aqueles que amam este Estado, que sabem que, quem mais precisa do Governo é sempre o mais pobre. Eles é que precisam de Governo.

E agora me reporto a uma convocação, que estamos fazendo ao Banco Fator e ao Banco CCF do Brasil, também o adquirente do Banco CCF Brasil, o HSBC, para que o dia 4, às 10h00 da manhã, eles venham aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, acompanhados de todos os CDS, de todas as planilhas, os programas, para que possamos analisar de que maneira prática eles avaliaram o Banco do Estado. Nós vamos ficar trabalhando um ano, dois ou três anos copiando com a máquina, sendo que eles têm CD. Nós queremos CD para que a Justiça seja mais ágil para ingressar com as ações que são neces-

sárias, conforme há assinatura dos membros da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, no intuito de ajudar o Paraná, ajudar o Governo, ajudar a Procuradoria do Estado, ajudar o Ministério Público que também tem dificuldade de buscar essas informações. Nós vamos respaldados; estamos convocando com uma deliberação do Juiz da 2ª Vara Criminal de Curitiba.

Não é apenas uma deliberação da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa e dos Municípios, mas ela vai respaldada com uma autorização e uma determinação judicial. Nós estamos naturalmente entusiasmados, porque estamos vendo grande monta de recursos sendo recuperados na Justiça. Nós estamos vendo que o Supremo Tribunal Federal acabou com o foro privilegiado dos ex-governantes.

A Justiça do Paraná decretou a indisponibilidade dos bens do ex-Governador Jaime Lerner. Ele foi ao Supremo e conseguiu derrubar.

Agora não tem foro privilegiado. Agora é aqui!

Ao empreiteiro que disse que a CPI estadual não tinha poderes para quebra de sigilo bancário e fiscal, há um acordo hoje que diz o seguinte: “as CPI’s estaduais têm os mesmos poderes da CPI Nacional”. É mais um tento histórico que fica marcado nessa CPI.

A CPI estadual tem poder de quebra, sempre teve, mas agora reconhecido pelo poder maior da Justiça brasileira. As Câmaras de Vereadores também poderão ter poder de quebra de sigilo bancário e fiscal.

Vai um recado para quem tem a missão de presidir uma CPI, como eu tive na CPI do Banestado: quando se instala uma CPI a primeira coisa que se faz é requisitar documentos, analisar e depois ouvir as pessoas envolvidas, para não cair no descrédito perante a opinião pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Companheiras e Companheiros.

Quero manifestar o meu pesar pelo falecimento da Sra. Regina Micheleti, esposa do prefeito de Londrina. Uma pessoa que tenho um respeito muito grande, uma grande consideração. Faço isso em nome do Deputado José Maria Ferreira e da Bancada do PMDB.

Regina, uma pessoa jovem que foi ceifada da vida com apenas 42 anos, tinha muito a fazer e a contribuir com o Estado do Paraná. Ela fazia um trabalho extraordinário na Universidade. Querida por todos. Uma pessoa, simples, sensível, competente; sempre conversávamos, eu tinha um carinho muito grande pela Regina.

Todos nós perdemos um pouco com a morte prematura da Regina.

Solidarizo-me com a família Micheleti, em especial ao Nédson. Devemos nos unir a ele, independente das nossas questões políticas.

Tínhamos uma grande consideração pela Regina. Quero deixar consignado aqui a nossa tristeza, pesar pelo seu falecimento.

Ouvi o Deputado Neivo Beraldin fazer a sua fala em relação ao cancelamento do contrato entre o Banestado e o Banco Itaú. É uma grande medida do Governador Roberto Requião. Corrige, na minha avaliação, o abuso de poder do governo anterior, que ampliava o prazo de exclusividade das contas movimentadas pelo Governo, para até 2010.

Então, realmente, com essa medida do Governador, corrige-se essa distorção porque, conforme colocado, hoje, na escola de Governo, pela manhã essa - entre outras tantas medidas abusivas do Governo anterior - foi uma medida precipitada, porque assinava com antecedência de anos, prorrogava por três anos a mais o contrato com o Banco Itaú, quando, na verdade, a prorrogação de um contrato em um Governo ou uma empresa ou seja lá o que for, só pode ser feita de acordo com os interesses do Governo, se for vantajoso para o Governo, para a empresa.

No caso aqui, já sabendo que o Governador Requião praticamente havia ganhado as eleições, o Governo Lerner prorroga esse contrato por mais três anos, antecipadamente, sem sequer saber se interessaria ou não ao Governo essa prorrogação. Portanto, essa forma abusiva de lidar com a coisa pública, através dessa revogação corrige-se um pouco a distorção e, certamente, corrigirá outras que ainda pairam sobre o Governo, por decisões precipitadas e abusivas do Governador anterior.

O Governador também aproveitou, hoje, para anunciar uma medida para evitar problemas futuros entre os contratos do Estado e será encaminhado para Assembleia Legislativa, na próxima semana, uma Emenda constitucional que prevê um plebiscito em casos polêmicos. Então acho que a Assembleia Legislativa deve acolher, e certamente acolherá essa Emenda que o Governador encaminhará para esta Casa.

Estivemos, no final da semana passada em Foz do Iguaçu, participando da Conferência das Cidades. Um grande momento, com a presença de alguns Deputados, representantes da sociedade civil organizada, Vereadores, Prefeitos, Secretários onde discutimos temas de interesse do Estado do Paraná, tiramos várias propostas naquela Conferência das Cidades que serão encaminhadas para Brasília, na Conferência Nacional de Políticas para cidades. Discutimos região metropolitana, questão federativa, questão de gestão e controle social. Da Assembleia Legislativa foram tiradas, naquela ocasião, dois titulares e dois suplentes, Deputados Estaduais, para representar esta Casa em Brasília.

Acho muito importante a participação dos Deputados. Trabalhamos muito na Conferência. Esses dois dias foram muita discussão, muito trabalho. As propostas

serão encaminhadas para a Conferência Nacional e, é importante frisar, com a participação e discussão dos Deputados que se fizeram presentes naquela conferência.

Apenas para prestar contas da participação da Assembleia Legislativa na Conferência Estadual das Cidades.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós subimos à tribuna no dia de hoje, para comemarmos (nós do PMDB), o ingresso no nosso partido, do Deputado Estadual Mauro Moraes.

O PMDB, Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, que ao longo desta gestão, deste mandato, cresceu neste Parlamento, cresceu com qualidade, cresceu com substância. Tivemos, aqui, o ingresso do Deputado Estadual José Maria Ferreira, nosso companheiro de Partido, de muitos e muitos anos, e que regressou à sua casa. Tivemos aqui o ingresso do Deputado Rafael Greca, um dos políticos mais cultos e preparados do nosso Estado. Tivemos o retorno ao nosso Partido, ao velho MDB de guerra, do Deputado Kielse Crisóstomo da Silva. E também, recebemos o Deputado Estadual de primeiro mandato, o Deputado Vanderlei Iensen.

E hoje, Sr. Presidente, estamos recebendo a filiação do Deputado Mauro Moraes, que vem para fortalecer o nosso velho MDB de guerra, que regressa à sua casa, Partido que lhe permitiu ser Vereador em Curitiba e que, naquela Casa, permaneceu por quatro ou cinco mandatos, transformando-se em uma legenda da Câmara Municipal de Curitiba. E agora, Deputado Mauro Moraes, ligado aos setores sofridos e humildes do povo de Curitiba, a região que mais precisa de ações do Governo, a região Sul de Curitiba retorna ao PMDB e nós o recebemos de braços abertos.

Este Partido, o nosso velho MDB de guerra, cresce e se agiganta não só no Paraná, mas no Brasil inteiro. O PMDB, que tem hoje a maior Bancada no Senado Federal, 23 Senadores, e a maior Bancada na Câmara Federal, ontem com 87 Deputados Federais, mas que com certeza passará do número de cem Deputados Federais até o início do mês de outubro. O PMDB, que tem o maior número de Deputados Estaduais do Brasil, que tem o maior número de Prefeitos do Brasil, que tem o maior número de Vereadores do Brasil, o PMDB que tem hoje, Sr. Presidente, sete Governadores, porque há dias atrás, o Governador de Tocantins, Marcelo Miranda, filiou-se ao nosso velho MDB de guerra.

Nesta semana estamos recebendo a filiação do Governador do Amazonas, Eduardo Braga; do Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi; e do Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, compondo, portanto, dez

Governadores no Brasil, que estão arregimentando a nossa história, recuperando a nossa trajetória, dando um norte para o nosso Partido, dando objetivo a esse Partido, que trouxe as liberdades democráticas e que lutou pela independência do Brasil na era da ditadura militar. O PMDB da anistia, o PMDB das direitas, o PMDB do agricultor, do pequeno comerciante, o PMDB das lutas sociais.

É esse o nosso PMDB, Sr. Presidente, que, como uma fênix, surge das cinzas, se fortalece, se agiganta e ressurge no cenário político brasileiro, com uma expectativa clara de poder.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O PMDB no mês de março do ano que vem, irá fazer a prévia nacional para indicar diretamente o nosso candidato a Presidente da República.

O PMDB aqui neste Estado do Paraná participou desde a redemocratização e sempre tendo candidato próprio ao Governo do Estado. Em apenas uma eleição, não lançamos candidato a Governador, mas lançamos o vice na eleição de 1994.

O PMDB que, naturalmente, se fortalece aqui no Paraná, graças ao Governo do Requião, que nos honra e que nos orgulha como peemedebistas, pelo trabalho, pela linha, pelo comportamento, pela história que está escrevendo no nosso Estado. Mas também não é só por isso, porque esse Partido tem um enigma, esse Partido tem um sabor diferente.

Somente aqueles que viveram a sua história no PMDB sabem do que eu estou falando. Somente aqueles que tiveram o privilégio, assim como eu, que desde os meus tempos de juventude, quando eu adquiri pela primeira vez o meu título de eleitor, me filiei ao velho MDB de guerra, e até hoje eu ostento a bandeira desse Partido. Nunca me separei da história do nosso Partido, do Tancredo Neves, do Teotônio, da democracia, do movimento social, dos bairros, das vilas, do pequeno empresário, dos movimentos populares, e sinto-me, Sr. Presidente, absolutamente honrado e feliz de ter tido a decisão, de ter sido movido por essa esperança, por esse sentimento de sempre ter ficado junto com o PMDB nas horas boas e nas horas difíceis.

Então, Deputado Anibelli, recebemos hoje a filiação do Deputado Mauro Moraes, e esperamos, até o dia 02 de outubro, contar com mais Deputados aqui desta Casa, nas fileiras do velho MDB de guerra, porque todos que estão conosco sabem que o que nos move, o que nos norteia, o que nos impulsiona, é o sentimento de ver este Estado na boa direção, na direção da solidariedade, na direção do progresso, da qualidade de vida, da esperança, da fraternidade, o sentimento de ver o nosso Estado com a sua bandeira no alto, balançando com o vento; o vento que poderá melhorar a qualidade de vida de todo o povo do nosso Estado.

Concedo um aparte ao Líder da minha Bancada, o Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Nereu Moura, V. Exa. agora fala em nome da Liderança do nosso Partido. É uma honra apartear-lo e dizer também do orgulho que sinto em ser Líder deste Partido, o PMDB. V. Exa. que foi Líder do nosso Partido na legislatura passada, foi um guerreiro, Deputado briguento, e por isso V. Exa. é o grande Líder que temos e o Vice-Presidente do nosso Partido.

Eu, como Líder do PMDB, sinto-me honrado em receber o Deputado Mauro Moraes. A nossa liderança fica ainda mais difícil, porque são Deputados guerreiros, Deputados que lutam e que acreditam em um Paraná melhor, que acreditam na política do Governador Roberto Requião e na política do PMDB Nacional, que está partindo para uma conquista da Presidência da República.

E vemos essa data do dia 30, dia 01, dia 02, se extinguindo quando, por força da Lei Eleitoral, companheiros que estão em partidos e que às vezes já estão devendo à Nação brasileira, e são bons caracteres e têm serviço prestado como o caso do Deputado Mauro Moraes, tanto na Câmara Municipal, que pela sua origem simples orgulhará o nosso partido.

Eu, como líder, sinto-me honrado em ter mais um companheiro do gabarito e do orgulho que dará ao nosso Partido, bem como - como V. Exa. disse - talvez amanhã ou depois tenhamos outros companheiros da dignidade, do trabalho e do valor que dará ao nosso Partido o Deputado Mauro Moraes.

A V. Exa., parabéns pelo grande pronunciamento que faz em nome do nosso Partido.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Agradeço, Deputado Anibelli e finalizo, Sr. Presidente, dizendo que a democracia se constrói assim, com a luta, com garra, com sentimento de fé e de esperança, sentimento que nos move na vida pública, que move o nosso Partido, o velho MDB de guerra.

Concedo o aparte ao Deputado Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Quero agradecer a elogiosa referência que V. Exa. fez à minha pessoa e dizer que já nesses quase três anos que estou na Bancada do PMDB sinto-me inteiramente confortado, inclusive pelo companheirismo de pessoas como V. Exa. e também pelo brilho do trabalho político que este Partido demonstra.

Inclusive na última análise da conjuntura nacional, quando o nosso Partido apresentou um projeto de país, além de simplesmente pagar a dívida ou fazer a lição de casa, como dizem os noticiários, quando o País serve aos bancos e à sangria de juros internacionais.

Quero agradecer muito às suas referências e dizer que vejo no PMDB uma referência forte do povo brasi-

leiro, inclusive com vistas à próxima eleição de Presidente da República.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Obrigado, Deputado Greca, e quero finalizar aqui dizendo, Sr. Presidente, que esperamos ainda voltar a esta tribuna, em nome do nosso Líder, Deputado Anibelli, para, nos próximos dias, registrar aqui, com satisfação, o ingresso no nosso Partido, de outros Parlamentares que, com certeza, virão somar com o PMDB nessa trajetória da busca de um Paraná melhor, com qualidade melhor para a nossa gente, a grandeza do nosso Estado e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador, Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na Sessão de hoje para discorrer sobre um fato, um assunto que nós, por inúmeras vezes, já falamos aqui na Assembleia Legislativa: o pedágio no Estado do Paraná.

O que nos chama a atenção e nos causa estranheza é que, quase todas as vezes que o Governo perde uma ação na Justiça, que envolve o pedágio, o MST invade as praças de pedágio! E aí vem a pergunta: Se o Governo do Estado foi tão ágil e tão rápido há questão de poucos dias quando o DER baixou uma portaria, um decreto liberando as praças de pedágio da Rodovia das Cataratas que tem a concessão de Foz do Iguaçu até Guarapuava, e usou a polícia para retirar os funcionários da Rodovia das Cataratas, abrir a cancela e liberar a passagem de todos os veículos sem o pagamento do pedágio.

Estranhamente, o Governo do Estado, no dia de ontem, não usou o mesmo expediente quando o MST entrou nas praças de pedágio e liberou as praças de pedágio sem ação e sem decisão de Justiça e nem de ninguém.

O que será que existe atrás dessa orquestração do MST? Ou será que o MST paga pedágio? Paga pedágio das rodovias, ou será que eles pagam outros pedágios? Aí que vem a questão. Que eu saiba, o MST não tem nem terra, não tem nem casa, quem dirá carro para andar nas rodovias! Não tem, mais vai o MST na praça de pedágio e impede que a concessionária cobre dos transeuntes! E o Governo do Estado, assiste como se nada estivesse acontecendo!

Cabe, então, à rodovia, entrar na Justiça e o Oficial de Justiça tem que ir lá intimar para que desocupem a praça de pedágio.

Então esse registro é que eu gostaria de fazer na Sessão de hoje e deixo para que cada Deputado faça a sua interpretação em relação ao MST ocupar as praças de pedágio e o Governo do Estado não fazer absolutamente

nada para retirar os mesmos das praças que foram ocupadas no dia de ontem!

Todos nós sabemos que a Rodonorte, tinha aplicado um percentual de aumento conforme o contrato. Não conheço o contrato. Estou dizendo o que a imprensa está dizendo agora.

O Governador questionou e disse que não podia aplicar esse aumento. Entraram na Justiça e ganharam o reajuste, acho que 6%, um pouco mais de 6%. E o pedágio aumentou na rodovia da Rodonorte, aumentos acho que ontem ou anteontem, e ontem mesmo o MST invadiu seis ou sete praças de pedágio no Estado do Paraná.

Então, vem essa pergunta, essa indagação que a gente deixa no ar. Acho que é muito séria essa situação do MST.

Nós que presidimos a CPI, aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Deputado Bradock foi relator, o Deputado José Maria Ferreira foi o Vice-Presidente dessa Comissão, integrada por diversos Parlamentares e nós...

Concluo, Sr. Presidente. O que efetivamente está acontecendo no movimento? Não só através dos depoimentos, mas as visitas que fizemos *in loco*. Então, a estranheza nossa é que o MST invade as praças de pedágio quando o Governo perde uma ação na Justiça...

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança do PSB, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar um protesto, em primeiro lugar, contra a direção do Ceasa Paraná, que vem fazendo uma intervenção no Ceasa de Londrina onde havia um convênio, um termo de cooperação entre o Ceasa e o Aroceu, que é uma Associação de Produtores de Londrina. E o Ceasa Paraná vem intervindo de maneira indevida, porque não está interrompido o termo de cooperação.

E, aqui, cabe até ao Deputado Neivo Beraldin da Comissão de Fiscalização da Assembléia tomar algumas providências. Vou encaminhar a V. Exa. e vamos com a Comissão de Defesa do Consumidor a Londrina para tomarmos as providências em uma reunião também lá, porque acreditamos que a Presidente do Ceasa, Dra. Jane, está extrapolando os seus direitos e a sua ação.

Mas, vimos aqui as declarações e o pronunciamento, em bom tom feito pelo Deputado Nereu Moura, com aparte ilustrado e eloqüente do Deputado Anibelli e eu não poderia deixar de registrar aqui, como velho emedebista de guerra, 32 anos no MDB, alguns fatos que his-

toricamente podem contribuir para a grandeza do PMDB no Paraná e no Brasil.

Em 1989 eu, Prefeito de Apucarana, convidei o Dr. Ulysses Guimarães para ir ao Norte do Paraná, na sua campanha como candidato à Presidência da República. Liguei para o Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Paraná, hoje Governador Roberto Requião, convidando-o para ir a Londrina, receber o Presidente Nacional do nosso Partido, candidato à Presidência da República e ouço do outro lado da linha, o velho emedebista de guerra, Roberto Requião dizer: “Scarpellini, você está louco de apoiar o Dr. Ulysses Guimarães! O Ulysses não vai a lugar nenhum com essa candidatura dele. O Ulysses está ultrapassado, está caduco”.

Este é o Roberto Requião do MDB velho de guerra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, juntamente com o Secretário do Trabalho e Ação Social do Paraná, porque também o Governador Álvaro Dias se negou a apoiar e ir a Londrina, Deputado e Secretário da Ação Social do Paraná, Rubens Bueno, nos deslocamos, ele de Curitiba e eu de Apucarana e fomos nos enturmar na “caravana” do Dr. Ulysses. O Rubens Bueno e o Prefeito de Apucarana, José Domingos Scarpellini. Este é o MDB velho de guerra, do Governador Requião.

Em 1990, candidato a Governador, ele fechou um acordo secreto com o Zé Eduardo, o Zé do Banco e traiu o candidato ao Senado, Waldyr Pugliesi, deixando o Waldyr a “ver navios” e disse que o Waldyr estava muito azedo, muito nervoso, e atrapalhando a sua campanha de Governador.

Logo em seguida vem a campanha de 94. Eu era Secretário do Governador Requião quando ele instituiu, dentro do Palácio Iguaçu o “disk Quércia” e o Quércia é candidato a Presidência da República, pelo MDB velho de guerra e quem é o seu algoz no Paraná e no Brasil? O Governador Roberto Requião! Eu disse a ele, um dia: “Governador, como seu Secretário...”

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Um aparte?

(Assentimento)

Apenas para acrescentar no seu pronunciamento. Quando V. Exa. fala em Quércia...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

É o mesmo de agora.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

É aquele mesmo do “disque Quércia”?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

“Disque Quércia”.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Agradeço.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu era Secretário do Governador Roberto Requião e vendo aquele massacre ao candidato do MDB de São Paulo que era candidato à Presidência da República, o Quércia, fui reclamar a ele: “Nós precisamos destruir o Quércia, a vez é minha de ser candidato à Presidência da República”. Agora o Lula perdeu o irmão! O Lula está em queda livre e o Requião, na posse dele, quando foi eleito disse: “ganhei junto do meu apoio ao PT, dos meus irmãos do PT”.

Agora os irmãozinhos do PT estão sendo relegados, porque o Lula está em queda livre. Daqui a pouco ele vai fazer lá no Palácio, o “disque Lula”, o “disque PT”.

Muito obrigado, e ao MDB, velho de guerra um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Plauto Miró.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Não poderia deixar, Sr. Presidente, de relatar e deixar registrado, hoje na Assembléia Legislativa, nos Anais desta Casa, a situação que vive o nosso Porto, trazendo a verdade, números concretos, e não essa conversa fiada, essas inverdades que mostram à população do Paraná, para tentarem se manter com boas posições nas pesquisas de opinião pública do nosso Estado.

Só para vocês terem uma idéia, na semana que passou o Governo anunciou com pompa, que a receita do Porto de Paranaguá foi de mais de seis bilhões de dólares, de janeiro a agosto deste ano. Mas, sabe qual foi o maior destaque das exportações paranaenses, Deputado Rossoni? O embarque de veículos, de carros, que tiveram um crescimento de 177% em relação ao ano passado.

Quer dizer que um Porto, que era campeão do escoamento de grãos, hoje, sobrevive às custas das exportações de carro, produzidos pelas montadoras Renault, Audi e a Volkswagem!

Essas mesmas montadoras que chegaram no governo passado e foram tão criticadas. Lembro-me como hoje, naquela tribuna. Os Deputados que hoje são Governo estão se vangloriando das exportações do Porto de Paranaguá e dos veículos produzidos no nosso Estado. Naquela tribuna, eles tanto criticavam ao projeto de industrialização do Estado do Paraná, que aconteceu no governo anterior.

Essas exportações é que estão mantendo no azul as contas do Estado do Paraná. Está dando superávit para a nossa Balança Comercial. Isso a própria APPA - Administração do Porto de Paranaguá está admitindo que só neste ano a exportação de veículos deve gerar um incre-

mento, Deputado Dobrandino, de um bilhão de dólares para o nosso porto.

Se fosse para depender exclusivamente das exportações agrícolas, os números do Porto, certamente, seriam bem mais modestos. Tudo por conta da proibição do embarque de produtos transgênicos pelo Porto de Paranaguá!

Enquanto isso, o Porto de Santa Catarina, de São Francisco do Sul tiveram um incremento de 100% no volume de cargas transportadas de grãos. O Porto de Paranaguá aumentou só 12%; em Santa Catarina, 100%. É uma boa explicação, para o fim das filas do Porto de Paranaguá. Porque este ano ninguém viu fila no Porto de Paranaguá, sabe por quê? Porque a soja foi exportada pelo Porto de Santa Catarina e, também, pelo Porto de Santos.

Segundo a América Latina Logística, de 155 mil toneladas por mês, o terminal de Santa Catarina passou a receber 300 mil, o equivalente a 1800 toneladas, por semestre. Os catarinenses costumam dizer que o melhor Governador da história de Santa Catarina é o Governador Roberto Requião. Sua política contra os transgênicos fez os portos catarinenses triplicarem as exportações. Por quê? Os produtos paranaenses, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul estão desviando toda a sua produção para lá e para o Porto de Santos. Eles não exportam mais pelo Porto de Paranaguá.

O Governo daqui fica se agarrando em falsas verdades, para justificar os desmandos da administração do Porto, que por sinal o chefe maior lá é o irmão do Governador Roberto Requião. Essas demandas que são muitas, todas elas apontadas pelo Tribunal de Contas da União, pela Antaq, pelo DNIT e outros órgãos reguladores da administração dos portos do nosso país. O porto é nosso e tem que voltar às mãos dos paranaenses. Tem que voltar, sim, para a mão de administradores competentes, do Estado do Paraná. O Porto tem que servir como instrumento de desenvolvimento para a economia paranaense e para a economia brasileira. É muita conversa e pouca ação. Aqui estão as verdades e a realidade que acontecem no nosso Porto. Quem está ganhando com a má administração do Porto de Paranaguá é o Estado de Santa Catarina e a cidade de Santos.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para colocar aos colegas que no início deste ano nós instituímos aqui na Casa diploma Mulher Cidadã Paranaense Zilda Arns. E vamos ter que constituir a indicação para esse prêmio de um Conselho aqui da Assembléia Legislativa. Os Deputados terão que encaminhar à Mesa um representante de cada Partido. Somos em 10 Partidos para instituir esse Conselho, para que em fevereiro do ano que vem, possamos instituir o prêmio Mulher Cidadã Paranaense Zilda Arns.

Queria apenas solicitar aos Partidos representados nesta Casa que encaminhassem à Mesa o nome do Depu-

tado ou Deputada que vão apresentar os Partidos nesse Conselho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência inclusive já solicitou e volto a solicitar aos Líderes dos Partidos que encaminhem os respectivos nomes.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, pedi Pela Ordem para fazer um convite a todos os Deputados que queiram participar de uma audiência pública que a Comissão da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Mercosul estarão realizando no dia 29 no Município de Francisco Beltrão, às 13h30m no anfiteatro da Unioeste.

Essa Audiência Pública tem por objetivo discutir o preço do leite e também sobre a Instrução Normativa 51; são os problemas, os desafios.

Gostaria de convidar todos os Deputados que tiverem interesse, principalmente os Deputados da Comissão da Agricultura, Indústria e Comércio, Turismo e Mercosul.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto a liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero repercutir aqui na tarde de hoje as declarações da maior autoridade do meio ambiente do Estado do Paraná em relação a esse projeto que o Governo Federal vem impondo ao Governo Estadual que visa a construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Tibagi. O Secretário Luiz Eduardo Cheida, que é um dos maiores especialistas da questão ambiental, comunga do mesmo pensamento que este Deputado, que tem insistido inclusive nessa questão. Disse aqui no final de semana o Secretário Cheida, que é necessário que sejam revistos os estudos de impacto ambiental para a correção de eventuais falhas antes que sejam construídas as usinas no Rio Tibagi.

O próprio Secretário, que é nada mais nada menos que o Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, disse que apresentou pessoalmente ao Governador Roberto Requião, restrições quanto à construção de uma Usina ao longo do Rio Tibagi, a Usina de Mauá. Até a própria imprensa levantou que existe um consenso entre pesquisadores dos profundos danos irreversíveis até que a construção dessas usinas ocasionará ao Rio Tibagi que é o único que ainda mantém uma diversidade respeitável

em todo o Brasil, no que tange aqui a fauna e flora, principalmente.

Nós temos opinião, por exemplo, do Biólogo da Universidade Estadual de Londrina Mario Orsi, que diz: “com uma grande hidrelétrica estaríamos condenando essa fauna a prováveis extinções por questões produtivas e alimentares. E o próprio Secretário Cheida diz que está tentando segurar as pequenas centrais hidrelétricas que causariam um impacto ambiental gravíssimo.

Imaginem as médias e grande usinas, que são objeto dessa licitação que o Governo do Estado está implementando ao longo do Rio Tibagi, o que causariam e ocasionariam em termos de prejuízo?

Quero cumprimentar aqui inclusive, a “Folha de Londrina” que escreveu num editorial deste final de semana o apoio a essa nossa iniciativa, principalmente da realização de uma audiência pública na semana que vem. Diz aqui: “O Poder Legislativo não pode negligenciar de novo ou se omitir ante o novo perigo que se avizinha ao Estado do Paraná.”

Até para concluir, Sr. Presidente, gostaria de apresentar números de acordo com o BNDS. O BNDS liberou 465 milhões de reais para a construção de um parque eólico no Município de Osório, no Rio Grande do Sul. Será o maior parque eólico do mundo. Vai gerar 500 empregos diretos. E não vai ter nenhum tipo de impacto ambiental. Por que não o Paraná, que tem uma região privilegiada, justamente até ao longo desse corredor, passando pelo Rio Tibagi, também faça implementar esse parque eólico na nossa região e abandone, definitivamente, a construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Tibagi? O Proinfa, que é um programa de financiamento e investimento a fontes de energia alternativas, tem 11 bilhões de reais em crédito infra-estrutura para poder construir esses parques eólicos.

Ainda há tempo de o governo corrigir essa verdadeira situação de lesa-pátria, repito, o maior crime ambiental que será cometido no século XXI se o Governo levar adiante esse projeto de construção de grandes usinas hidrelétricas ao longo do Rio Tibagi.

Esse parque eólico no Rio Grande do Sul, vai gerar 150 MW. E sabemos que essas oito usinas que o Governo Estadual está pretendendo construir ao longo do Rio Tibagi e ao longo de outros rios paranaenses, vai gerar ao todo 970 MW, contra 150 de um parque eólico.

Se houver a ponderação da relação de custo-benefício vai se entender que um parque eólico não tem nenhum tipo de impacto ambiental negativo e poderia ser construído com um recurso menor e gerando muito mais energia, que é a usina hidrelétrica.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós, do Partido dos Trabalhadores queremos nos somar aos demais pronunciamentos que foram feitos aqui, lamentando o falecimento da Sra. Regina Micheleti no dia de ontem. Tinha 42 anos, foi funcionária dos Recursos Humanos da UEL desde 1986. Deixa o Rafael de 19 anos e a Juliana de 14 anos.

Neste momento o Prefeito Nedson Micheleti deve estar passando por uma provação que, certamente superará e sairá melhor, apesar de ser um momento previsível a todos, mas sempre é um momento difícil.

Quero, também, aqui, Sr. Presidente, fazer uma referência a um grande brasileiro, a um patriota que, aos 93 anos, faleceu nessa sexta-feira, no Rio de Janeiro: Apolônio de Carvalho.

Apolônio de Carvalho, combateu o fascismo na guerra civil espanhola; foi herói da resistência na 2ª Guerra Mundial; um homem que colocou a sua vida sempre à disposição das lutas do povo brasileiro. Comunista de primeira hora esteve no Partido Comunista durante boa parte da sua vida. Foi preso, torturado, exilado pelo regime militar, após o golpe de 1964 e teve, durante toda sua vida, um modelo de disciplina.

Foi através da causa que defendeu, que entendeu deveria, inclusive, assinar a ficha número um do Partido dos Trabalhadores e assim o fez, no dia 10 de fevereiro de 1980. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, é uma honra termos tido Apolônio de Carvalho, não só como um dos fundadores, mas até sexta-feira à tarde, quando inclusive foi hospitalizado, nós estávamos em São Paulo, ligamos ao Apolônio, e a sua família, uma vez que ele estava sem condições de conversar, nos passou as últimas impressões desse grande brasileiro.

Até os últimos dias e os últimos momentos da sua vida, Apolônio de Carvalho foi um homem que acreditou no futuro, no País e no Partido dos Trabalhadores.

Então, é nesse sentido que eu quero fazer aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, essa pequena homenagem a esse grande brasileiro, a esse grande lutador, a esse que, como muitos talvez não saibam, é o homem que teve, na história do comunismo do Brasil, uma página escrita pela decência, pela luta.

Apolônio de Carvalho foi comunista desde a década de 30: serviu o exército brasileiro no fim dos anos do século XX; foi voluntário nas brigadas internacionais, na guerra civil espanhola, lutando contra Franco e contra o fascismo desde 37 a 39; na França, foi coronel da resistência na luta contra o nazismo e foi uma pessoa que, apaixonada pela luta dos trabalhadores, entendeu que o Partido dos Trabalhadores deveria ser um partido estratégico e o Partido que irá fazer as transformações que o nosso país tanto precisa e deseja.

Neste momento difícil da vida do Partido dos Trabalhadores, nós sabemos que é extremamente importante homenagearmos companheiros como Apolônio de Carvalho; que é extremamente importante nós termos a humildade de reconhecer que alguns homens e algumas mulheres são indispensáveis e esses, como diria o poeta, são imprescindíveis.

Então, na memória imprescindível de Apolônio de Carvalho, eu quero aqui deixar registrado que a sua vida física pode ter passado, mas aquilo que ele pensava, acreditava e por que lutou a vida toda, continuará conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto à Liderança do PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Venho à tribuna, no dia e hoje, para comentar que pela manhã, o Governador Requião apresentou na escolinha do troféu “Severino Cavalcanti”, que será entregue à Gazeta do Povo e ao Canal 12, pelos desserviços prestados aos paranaenses. Em referência à matéria, ele também mostrou na escolinha uma obra de arte, um corpo de rato e a cabeça do Severino - este é o troféu que o Governador Requião vai entregar à Gazeta do Povo e à TV Paranaense! Ele vai entregar um troféu que tem o corpo de rato e a cabeça do Severino!

Tenho até dificuldades de comentar a atitude do Governador, porque o que sinto, na atitude do Governador, na verdade, é apenas uma matéria que saiu na Gazeta e na TV Paranaense, porque aqui teve um programa do Governo do Estado na frente do Palácio Iguaçu e trouxeram um monte de crianças do interior do Estado, para aplaudir o seu discurso, e é verdade o que aconteceu, porque fui procurado por alguns diretores, para saber qual seria a atitude deles. As crianças, talvez por terem se deslocado de casa, foi uma semana chuvosa e talvez com a mudança da alimentação e não quero nem estar na qualidade da alimentação - a TV Globo fez uma reportagem até o início elogiando o programa do Governo e depois, mostrando essa pequena falha que houve com algumas crianças do Paraná.

Na semana passada o irmão do Governador Requião já foi de uma grosseria a toda prova, para quem é Secretário da Educação, com a TV Globo, no Canal 12, e com a Gazeta do Povo. E hoje o Governador vem na escolinha, se dá ao capricho de trazer um troféu com o corpo de rato e a cabeça do Severino, atacando o doutor Francisco da Cunha Pereira, que no momento -pelo que nós sabemos - está com problemas de saúde!

Eu fico estarecido, porque, na verdade, essa é a maior demonstração que o Governo só aceita a imprensa

que diz amém. Ele, de forma nenhuma, aceita uma crítica. Se formos ver a reportagem da TV no Canal 12, Rede Globo, ela não tem nada de mais. E aí, vem o homem na escolinha e apresenta esse troféu!

Por essa razão, estou apresentando o requerimento de moção que depois farei a leitura, no Horário da Liderança da Oposição. Espero contar com o apoio dos Srs. Parlamentares, para que isso não aconteça mais no nosso Estado e pela liberdade da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem mais dez minutos no horário da Liderança do seu Partido.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo um aparte ao meu ilustre amigo, Parlamentar Scarpellini, e depois ao Deputado Elio Rusch.

Só gostaria que cada um fosse breve para que todos - eu estou vendo vários Deputados pedindo apartes - tivessem oportunidade.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Eu gostaria de cumprimentá-lo pelas colocações e dizer que, realmente, o Sr. Francisco da Cunha Pereira, esse homem honrado e digno que o Paraná respeita e admira, se encontra internado no Albert Einstein, em São Paulo. E essas colocações do Governador Roberto Requião, com relação a um homem tão ilustre, realmente choca à opinião pública paranaense e a todos aqueles que se vêem agredidos ou que já se viram agredidos pelo Governador Roberto Requião.

Eu acompanhei o caso da intoxicação de crianças que foram parar no Posto de Saúde Boa Vista, e realmente houve essa intoxicação aqui no show de pão e circo que o Governador Roberto Requião deu ao seu povo, ao povo do Paraná. Nós sabemos perfeitamente, Deputado Rossoni, que o Governador Roberto Requião está em uma campanha muito grande à Presidência da República, e ocupando um espaço na mídia, ele oferece esse prêmio aqui ao Doutor Francisco da Cunha Pereira.

Nós sabemos dos projetos políticos do Governador, estamos acompanhando-o há muitos anos, e temos certeza absoluta que o projeto nº 01 que o Governador Roberto Requião vai apresentar ao Brasil será essa "escolinha do Professor Raimundo", que hoje está aqui no Museu, em Curitiba, e ele espera transferir essa escolinha, se ele for Presidente da República, lá para o Estádio Mané Garrincha, em Brasília.

O outro, o projeto nº 02, dele para o Brasil, é levar os seus cavalos aqui da Granja do Cangiüiri para a Granja do Torto, em Brasília, para ocuparem as baias que estão desativadas desde a saída do Presidente Figueiredo, 1985. E o terceiro projeto é a nomeação de parentes. Certamente ele vai fazer, se ele for Presidente da República: vai levar os Requiões daqui para lá e mais os Silvas do Brasil todo.

Esse é o grande projeto que ele quer em nível de Brasil, e esse é o Requião de Mello e Silva, o grande homem da imprensa paranaense e o troco que ele sempre recebeu da Gazeta do Povo e da Rede Globo no Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI

Muito obrigado!

Concedo um aparte ao Deputado Elio Lino Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado Valdir Rossoni, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e digo até com tristeza, que, ao invés de nós usarmos esta tribuna para enaltecer o trabalho que o Governador tivesse feito em favor de um paranaense, como é o Dr. Francisco Cunha Pereira, ao invés de o Governador dizer para o Dr. Francisco da Cunha Pereira "muito obrigado pelos quase dez milhões de reais que eu recebo todo mês pelos royalties que o senhor encampou quando da construção da Usina Hidrelétrica. Dr. Francisco da Cunha Pereira, muito obrigado pelo fato das suas empresas estarem percorrendo o interior do Estado do Paraná e lançando aquele Paraná 10".

Quer dizer, um homem da qualidade do Dr. Francisco Cunha Pereira não pode jamais ter a sua imagem denegrida por qualquer paranaense. Todos nós somos passíveis de erro, mas brincadeira tem hora. O Governador do Estado do Paraná fazer uma brincadeira de mau-gosto como ele fez hoje, como V. Exa. está dizendo desta tribuna, tem que ser repudiada por todos nós paranaenses e ainda mais quando o Dr. Francisco Cunha Pereira está convalescendo e nós sabemos que ele merece o respeito de toda a sociedade do Paraná. E o Governador do Paraná tem que olhar no espelho e fazer, talvez, um corpo dele de um asfalto e a cabeça dele, talvez, do governador, lá das cancelas do pedágio. Aí seria digno para o Governador Roberto Requião, mas não para o Francisco Cunha Pereira!

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o aparte.

Só gostaria da brevidade porque dois apartes antes ocuparam cinco minutos e eu tenho que encerrar.

Deputado Durval e logo em seguida, Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Nobre Deputado Rossoni, serei bastante objetivo; agredir o Dr. Francisco Cunha Pereira é agredir a imprensa paranaense, é agredir a livre manifestação que deve ter todo e qualquer jornalista do nosso Estado do Paraná. Um ato de extrema infelicidade do Governador por tudo que o Dr. Francisco representa para o Paraná e mais ainda tendo em vista o estado de saúde dele.

Eu não sou admirador do Gabeira, Deputado Federal, mas aprendi a admirá-lo quando no auge do exercício da Presidência o Deputado Severino foi desbancado moralmente pelo Deputado Gabeira mas ele estava no auge do Poder.

Eu não vi o Governador do Paraná desbancando o Presidente da Câmara, o Deputado Severino, quando ele esteve no Paraná ou quando ele estava no exercício da Presidência da Câmara. É muito triste quando as pessoas agredem quem já não tem mais capacidade ou condições de se defender.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Rossoni, parabéns pelas suas colocações. Na verdade o Governador Requião tem todo o direito de discordar do Dr. Francisco. O Governador Requião tem todo direito de discordar de cada um de nós. O que ele não tem é o direito de fazer este tipo de brincadeira, brincadeira de mau gosto!

Com certeza, Deputado Rossoni, conhecendo os Deputados da Base do Governo, eles estão chateados com isso, estão envergonhados, não aceitam isso, porque eles admiram o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, começando pelo Líder do Governo que é o Deputado Dobrandino. Ele tem uma profunda admiração pelo Dr. Francisco. Eles vão poder demonstrar isso votando esse requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu acredito que é o momento do Governador, Deputado Dobrandino.

V. Exa. que hoje dirige a Liderança do Governo, exerce a Liderança do Governo com tamanha competência, tem livre trânsito entre a Oposição e a Situação, nada melhor que o Governador pedir desculpas por esta atitude! Essa atitude choca! Se fosse o mais humilde paranaense tomando essa atitude, chocaria, imaginem o Governador do Estado! Se ele estivesse fazendo para um jornal ou para uma televisão que não tem expressão, chocaria também, mas está fazendo para um veículo e um meio de comunicação que hoje é exemplo para o Brasil e para um homem que recebeu todas as honrarias deste Estado!

Por essa razão nós temos que ter cuidado! É um momento fúnebre no Estado do Paraná, com a atitude do Governador!

Com o aparte Deputado Bradock.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Serei breve, Deputado Rossoni.

Eu, como paranaense, me sinto envergonhado dessa atitude e peço desculpas ao Dr. Francisco por essa atitude impensada do Governador.

Eu queria me solidarizar com V. Exa. porque a imprensa tem que ser livre, sempre foi uma imprensa respeitada, responsável e eu não concordo com a atitude do Governador, nesta parte!

Portanto, e peço desculpas, em meu nome, ao Dr. Francisco.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço e encerro o meu pronunciamento.

V. Exas. devem ter observado aqui que não fiz nenhuma crítica ao Governador até porque a atitude não merece comentários e é difícil de ser comentada!

Eu sei que essa atitude não agrada aos paranaenses mas há tempo de corrigir. Eu acho que seria uma atitude louvável de um homem público, marcar uma coletiva agora para o final da tarde e dizer aos paranaenses que todos os brasileiros como nós temos momentos que nós nos perdemos.

E infelizmente, o Governador agiu de uma forma que entristece e deixa envergonhados todos os paranaenses. E queremos um Governador que orgulhe os paranaenses apesar de sermos Oposição.

Obrigado pelos apartes e espero obter o apoio dos Srs. Parlamentares na moção de apoio à TV RPC, à Gazeta do Povo e ao Dr. Francisco Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário da Liderança do Governo concedo a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino por dez minutos.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou ouvindo os pronunciamentos e agora por último o do Líder da Oposição com relação ao que o Governador fez.

Não fui hoje de manhã na reunião do Governo, não tenho conhecimento do requerimento; sou defensor do Dr. Francisco da Cunha Pereira, mas não quer dizer que eu aprove a moção sem conhecer o conteúdo.

Não conheço ainda, de princípio já vou adiantar que vou pedir para discutir, para conhecer o teor do requerimento, e amanhã aprovar ou não, mas, na verdade eu defendo, conheço e sei da grandiosidade que tem o Dr. Francisco da Cunha Pereira e as suas ações, os seus veículos de comunicação que são importantes para o Paraná e tem grandes serviços prestados. Tenho toda a consideração, mas também não concordo com algumas considerações feitas, aqui, do Governador Requião, principalmente pelo Sr. Deputado Elio Rusch. Não é verdade. O Senhor teria que comparar o Governo Jaime Lerner, que acabou com o Estado, com o Governo Requião.

Tenho usado pouco a tribuna, como Líder do Governo. Defendo o Governador Requião como sempre defendi. Tenho procurado na maioria das vezes ficar calado, me conter muitas vezes, sei do meu papel, sei que a Oposição é isso. E tenho um respeito enorme pela Oposição. Democracia é isso, é o equilíbrio de poder.

E é nesta Casa que podemos todos os manifestar.

Estava vendo há pouco falarem sobre pedágio. A Oposição torce, de todas as formas, para a vitória das Concessionárias. E pergunto: Quem instalou o maldito pedágio no Paraná? Foi este Governo? Fomos nós? Não, foi o Governo passado e aqueles que o apoiavam na Assembléia Legislativa! E hoje tem boas estradas sem pedágio, que esse Governo está fazendo. O outro, deixou acabar as estradas! Eu dizia para o Requião, tem que falar no horário político! Vejo os outros falarem como se fosse uma culpa nossa. Dizem que o Governador prometeu que ia baixar o pedágio e não baixava. E o Jaime Lerner, que baixou o pedágio para ganhar as eleições, naquele calote eleitoral e depois subiu de novo? Por que ninguém fala isso aqui? Foi um estelionato eleitoral do Sr. Jaime Lerner! O Governador não conseguiu baixar o pedágio, mas está lutando por isso, em favor do povo do Paraná!

O nosso compromisso não é com as concessionárias; é com o povo do Paraná, meu amigo Deputado Elio Rusch, a quem tenho respeito enorme. Acho até que ele não tem carro para pagar pedágio, mas eles pagam. Eles também têm o direito de estar indignados. Sou contra invasões de terras. Todos os paranaenses pagam pedágio. Essa é a herança maldita que deixou o Governo passado. A Oposição tem o direito de se manifestar. Temos um Governo sério, um Governo que está trabalhando. Tem erros, mas tem mais virtudes o nosso Governador Requião.

Disse o Scarpellini que o Requião precisa ir a Brasília para levar os parentes e levar cavalos. Tem cavalo que vai sozinho a Brasília. Não precisa nem levar. Falar do PMDB, o MDB de guerra, V. Exa. não está credenciado! Esteve no nosso Partido, já saiu, já passou por outro! Posso falar porque tenho transitória política, tenho decência e ética.

Concedo o aparte ao Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Meu Líder Dobrandino, tinha pedido um aparte ao Deputado Rossoni e quero esclarecer à Casa. Eu estava na escolinha, aliás, uma escolinha maravilhosa. Em todas as terças-feiras você renova o saber, a inteligência e procura trabalhar melhor. À moção do Deputado Rossoni, em apoio e solidariedade ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, o Governador Requião não usou o nome do Dr. Francisco. Fez uma crítica de um presente que ele ganhou de um artista paranaense, um troféu “Severino Cavalcanti”. Foi dito “Severino”. É o Severino Cavalcanti, o Presidente da Câmara, que renunciou por corrupção.

Temos que respeitar os homens sérios desta Nação e do Paraná, e o Governador Requião é um deles. Esse troféu passa a ser transitório. Não é definitivo à Rede Paranaense e à Gazeta do Povo, como foi dito lá e o Governador dizia como a Taça Jules Rimet, que foi dado troféu, da Copa do Mundo, que era transitória e ficou definitiva com o Brasil, depois de cinco campeonatos e que foi roubada também, neste país. Três campeonatos.

Então, que fique para a empresa que receber três vezes. Foi dito cinco, lá.

Então, foi pela reportagem maldosa que não deve ter sido o Dr. Francisco que fez, mas algum jornalista da sua empresa. Pela amostragem que deram ao Paraná, dos jogos em que veio a juventude de todos os paranaenses, o orgulho dessa juventude, que está sendo criada numa escola séria e digna, com professores muito bem remunerados. Vieram aqui e ficaram uma semana representando as suas escolas e seus municípios. Algumas crianças foram acometidas de dor de barriga por causa da alimentação diferente. Todos sabem, o nosso Paraná é tão grande, cada região tem um clima e um sistema de alimentação. Talvez aqui, com as marmitas servidas, comidas pré-fabricadas, algumas crianças - nós mesmos, algumas vezes somos acometidos de dor de barriga quando vamos a algum lugar diferente.

O Governador estava também indignado com a reportagem, em Ponta Grossa, a respeito da saúde do povo princesino. Ele quadruplicou o atendimento de UTI's. Melhorou o atendimento da nossa gente de Ponta Grossa. Então, o Governador diz que recebeu aquele presente com a cabeça do Severino e aquelas orelhas de ladrão e o corpo de um rato. Talvez o rato do porto que tanto dizem, porque os gatos do porto saíram. Ficaram os ratos.

Deputado Dobrandino, nosso Líder, o Governador ficou indignado, e esse troféu será transitório. Ele não será definitivo. Ele irá passar para alguns outros jornais ou outras televisões, que vierem, talvez, a cometer ou mostrar mentiras daquilo que o Paraná procura fazer e mostrar à nossa gente a competência, a responsabilidade de um administrador como o Governador é. O nosso Partido é um orgulho, Deputado Dobrandino. As pessoas boas aflorando, os Governadores dos outros estados estão vindo ao nosso Partido, Deputados estão vindo, porque têm no Governador Requião um exemplo de seriedade e dignidade.

Parabéns para V. Exa. e que seja restaurada a verdade neste plenário. Votaremos contra esse requerimento, porque não condiz com a realidade de quem lá estava.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, Deputado Anibelli. Eu tenho um respeito muito grande pela Assembléia, pelas Deputadas e pelos Deputados que têm na verdade mérito suficiente para se pronunciar e temos que entender e respeitar.

Mas tem membro do nosso Partido PMDB, que era do nosso PMDB, que foi expulso do Partido porque defendeu, na época, o AI-5. Então, imagino que não está credenciado para falar do nosso Partido, que graças a Deus estou dirigindo e o Partido vai muito bem, no Estado, no Brasil. Estamos crescendo e temos história.

Portanto, não posso concordar com palavras de pessoa que na verdade, até passou por ele, mas não está credenciado para falar de um Partido como o PMDB.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 047/2005, de autoria dos Srs. Deputados Elton Carlos Welter e Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a alteração do Regulamento do ICMS no que tange à tributação do feijão no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome da Sra. Deputada Elza Correia, da Bancada do PMDB, para fazer parte do Conselho Mulher-Cidadã Zilda Arns. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, para compor o conselho que institui o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, conforme dispõe a Resolução nº 002/2005. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2913, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando autorização para representar esta Casa de Leis no Município de Londrina no dia 29 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2914, de autoria dos Srs. Deputados José Maria Ferreira e Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando a participação dos mesmos na reunião da União Parlamentar do Mercosul - Bloco Brasileiro, nos dias 29 e 30 de setembro, na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2930, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura e Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentarem desta

Assembleia Legislativa, visando acompanhar o Governador do Estado do Paraná em viagem oficial à França, entre os dias 08 a 17 de outubro de 2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2931, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos de Plenário nas Sessões Ordinárias dos dias 28 e 29 de setembro, para participar, no Município de Marmeleiro, de um Seminário do Meio Ambiente na cidade de Francisco Beltrão, da Audiência Pública do Leite. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Proposição)

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 067/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2005, que altera dispositivos dos artigos 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108 e revoga os artigos 103, 104 e parágrafo 1º do artigo 107 da Constituição Estadual, bem como os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Tribunal de Justiça). PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01/08/2005, em Mensagens - pág. 04).

ATO DO PRESIDENTE Nº 05/2005

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição, composta pelos Deputados Ademar Luiz Traiano, Antonio Anibelli, Tadeu Veneri, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães, para opinar sobre a Proposição nº 067/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar a Constituição do Estado do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DE INSTALAÇÃO E DA 1ª REUNIÃO

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, no Gabinete da Presidência do Plenário, reuniram-se os membros da comissão constituída para

opinar sobre a Proposta de Emenda à Constituição - Proposição nº 067/2005, Antonio Anibelli, Ademar Luiz Traiano, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri e Barbosa Neto, indicados pelas Lideranças Partidárias. Sob a presidência do Deputado Ademar Traiano foi verificada a existência de número legal, e declarado abertos os trabalhos. O Sr. Presidente passou, em seguida, a palavra ao Deputado Antonio Anibelli, relator designado, que apresentou parecer favorável, opinando pela aprovação da Proposta de Emenda em tela. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente; ANTONIO ANIBELLI - Relator; PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES; TADEU VENERI
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Para analisar a Proposição nº 67/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva moldar a nossa Constituição ao advento da extinção dos Tribunais de Alçada.

MEMBROS INDICADOS

<i>Partido</i>	<i>Líder</i>	<i>Membro</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PT</i>	<i>Tadeu Veneri</i>	<i>Tadeu Veneri</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 067/2005

P A R E C E R :

Relatório

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar dispositivos dos artigos 68, 93 a 101 e 106 a 108 e revogar artigos 103, 104 e o parágrafo 1º do artigo 107 da Constituição Estadual, bem como os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Fundamentação

A matéria foi motivo de rigoroso estudo realizado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado, procurando dar pleno cumprimento aos preceitos da Emenda Constitucional Federal nº 45, de 08 de dezembro de 2004.

A aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição torna-se necessária e oportuna para que a Constituição do Estado do Paraná guarde harmonia total com a Constituição Federal e com os dispositivos emanados pela Emenda nº 45, entre os quais o da extinção dos Tribunais de Alçada dos Estados, incorporando-os aos Tribunais de Justiça.

Conclusão

Sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável à Proposição nº 067/2005, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.09.2005.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Por se tratar de uma Emenda à Constituição, o voto será nominal.

Solicito ao 1º Secretário.

O Sr. Valdir Rossoni, para encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos neste momento votando um projeto de autoria do Poder Executivo, a Mensagem nº 030/2005, que altera o dispositivo dos artigos 68, 93, 94 e 95 e a seguir da Constituição Estadual, bem como os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Tribunal de Justiça. Parecer favorável da Comissão Especial da Reforma da Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estou discutindo essa questão porque também tenho um projeto na Ordem do Dia que está discutindo a sua constitucionalidade. E a constitucionalidade desse projeto do Poder Executivo é favorável. Estamos em primeira discussão, discutindo-o.

O meu projeto, que se refere ao Porto de Paranaguá, também foi considerado constitucional. Por essa razão, peço atenção dos Srs. Parlamentares, para que dessemos o mesmo tratamento aos projetos. Se o projeto na Comissão de Constituição e Justiça é constitucional, aqui sempre votamos favoráveis em primeira discussão. Por esta razão é um projeto do Poder Executivo e vamos votar favoravelmente.

E para concluir o meu encaminhamento, quero dizer ao meu ilustre Líder do Governo, Deputado Dobrandino, a verdade é doída. E V. Exa. nunca perdeu a calma nesta Casa e hoje perdeu! Perdeu sem razão!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Com todo respeito ao orador que está na tribuna, no encaminhamento não cabe discutir fora da matéria que está em pauta na votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem razão. Solicito ao Deputado que se atenha ao encaminhamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estou concluindo. Preciso da questão da constitucionalidade do equilíbrio do Líder do Governo e por essa razão estou me reportando a ele. Já falei sobre o projeto do Governo, do Poder Executivo, de alteração da Constituição e por essa razão estou dizendo ao Deputado Dobrandino que no dia de hoje estou preocupado com o meu projeto, porque vi que hoje o Deputado Dobrandino perdeu a calma.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Valdir Rossoni, solicito a sua compreensão no sentido do encaminhamento do item um da pauta que está em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. está me ouvindo e quer que eu não entre na questão do projeto. Vou fazer a leitura do Projeto. Apenas gostaria de chamar a atenção do Líder do Governo de que a questão da constitucionalidade desse projeto é igual aos outros projetos. Por isso estou achando uma precipitação de quem está querendo cuidar do Regimento. É um direito de todos.

Mas, quando converso com o Líder é o Líder da Oposição com o Líder da Situação conversando, tendo diálogo, e estou chamando a atenção para os projetos que nós temos aqui. Eu nunca vi o Deputado Dobrandino tão alterado como hoje. Por isso foi que eu disse que a verdade é doída.

E quero dizer, Deputado Dobrandino, se nós formos falar de Jaime Lerner, pedagogo, eu também debato com V. Exa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(Procede à chamada nominal)

43 Deputados votaram, Sr. Presidente. Todos votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está aprovada a Proposição nº 067/2005.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, para fazer um esclarecimento.

(Assentimento)

Como houve uma confusão aqui na pauta, peguei a pauta que foi para o meu gabinete e estava invertido; era 16º item da pauta, eu tinha feito algumas anotações em relação a esse projeto. Já foi votado, aprovado, mas acho importante prestarmos atenção, porque é um erro, não sei se de redação ou de digitação, porque na alteração que estamos fazendo, aqui no Artigo 3º ficam excluídos a seção 03 e a expressão do Tribunal de Alçada do Capítulo

3º do Artigo 2º da Constituição. O correto é o Artigo 2º e não 3º.

Acho que tínhamos que deixar registrado, consignado, para fazer a correção, porque senão, estamos aprovando uma lei que fala no seu texto correção de um artigo, mas está corrigindo outro que não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será consignada em Ata e será corrigido na redação final, Deputada Elza.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente.

A propósito da observação da brilhante Deputada Elza Correia, eu queria pedir à Mesa que houvesse maior atenção da assessoria jurídica no sentido de que uma coisa com esse tipo de erro, não venha para votação em plenário.

Aqui é um Parlamento que representa o Estado; é um Poder constituído. Não se pode permitir que V. Exa. ou o Presidente Hermas Brandão passem um vexame igual a esse, que foi agora subscrito pela aceitação da proposição da Deputada Elza.

Como é que vai se votar um artigo quando se quer corrigir outro? Isso aqui é uma Casa onde só dá para dizer em italiano: *“no c’entra niente”* (não se sabe nada)!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Rafael Greca, segundo informações da Mesa, foi formada uma Comissão Especial para analisar a reforma da Constituição, mas é importante a sua colocação e, realmente é uma falha que deveria ser corrigida.

O SR. NEIVO BERALDIN (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Gostaria que V. Exa. nominasse os membros dessa comissão especial porque também foi criada uma comissão especial para refazer ou corrigir ou aperfeiçoar o Regimento Interno e o mesmo está com uma série de falhas, que é motivo de reclamação permanente dos Srs. Deputados.

Então, temos que rever a questão do Regimento Interno e também saber quem são esses membros da reforma da Constituição, para ver o prazo que têm, porque há outras reclamações que eu poderia adicionar à minha Questão de Ordem, como, por exemplo, que a Casa recebeu há algum tempo a solicitação do novo Regimento Interno do Tribunal de Contas.

Eu, com a minha equipe, tive a oportunidade de estudar, rever e observar, fazendo uma análise do novo Regimento Interno do Tribunal de Contas, mas não vem para o Plenário.

Então, V. Exa. pode declinar os membros?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Os membros são os seguintes: o Presidente é o Deputado Ademar Traiano, o Relator é o Deputado Anto-

nio Anibelli e temos também os Deputados Tadeu Veneri, Plauto Miró Guimarães e Barbosa Neto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Eles foram designados pelo Presidente da Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foram indicados pelos líderes.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então, cada líder se auto-indicou como agente da Reforma da Constituição. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Exatamente.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Mas, isso não era um ato da Executiva?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foi solicitado para que os líderes indicassem os nomes, e os líderes indicaram esses nomes.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Bom, não estou entendendo muito.

Acho que esse era um ato de exclusiva responsabilidade da Comissão Executiva da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está publicado.

É o ato do Presidente de nº 05, que foi publicado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

E qual é o prazo que eles têm para oferecer as mudanças na Constituição?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foi indicado no dia primeiro de agosto.

De acordo com o artigo 190: "recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de Emendas, subscritas na forma da Constituição".

A Assembléia constituirá a Comissão Especial, composta de cinco membros, para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as Emendas oferecidas no prazo do artigo anterior."

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Já se passaram os vinte dias e qual é o trabalho que foi executado até agora?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O trabalho que está sendo votado, conforme foi publicado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Faço esse questionamento, porque fui Deputado constituinte. Nós trabalhamos aqui em 88, junto com o

Presidente Hermas Brandão, e, evidentemente, eu não tinha conhecimento disso e o que me resta a perguntar é o prazo que eles terão para apresentar as propostas e onde serão discutidas essas propostas, se é em plenário ou se vai ser na CCJ, ou em que sala e em que horário essa Comissão vai se reunir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Essa Comissão já se reuniu, Deputado Neivo, já deu o parecer e estamos colocando em 1ª Votação hoje.

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2005, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, que dispõe sobre aprovação prévia, pelo Poder Legislativo, da escolha do titular da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2927, de autoria dos Srs. Deputados Dobrandino da Silva, Alexandre Curi e Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será realizada a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só gostaria de alertar aos Deputados que são favoráveis ao meu projeto, que estou pedindo pela não retirada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Srs. Deputados, que tomem seus assentos para que possamos proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queriam levantar-se. Vinte e oito Srs. Deputados aprovam o requerimento e doze Srs. Deputados rejeitam o Requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Justificativa de Voto**)

Sr. Presidente, os Deputados Scarpellini, Rossoni, Barbosa Neto, o Luiz Carlos Martins, Plauto, Durval, o Elio Rusch, o Zucchi, o Reni, Leite a Deputada Arlete. São esses os Deputados.

Sr. Presidente, eu quero justificar o meu voto, direito regimental, e dizer que este projeto não é para este

Governo; apenas vem, Sr. Presidente, para nós valorizarmos esta Casa. O Governador indica o Superintendente, que terá que ter o referendo da Casa. Se por uma eventualidade o nome que vir do Governador não for referendado pela Casa, volta para o Governador para indicar um novo nome.

Nós estamos, na verdade, com este projeto, dando a esta Casa poderes para não influenciar, mas levar a preocupação ao Executivo. No momento em que ele for indicar o Superintendente do Porto, que ele tenha o cuidado para que o Superintendente tenha as mínimas condições técnicas e administrativas para cuidar de um setor da economia do Estado tão importante para a nossa economia, apenas isso.

Lamento a retirada do Projeto, porque isso era uma questão de acordo, foi uma sugestão oriunda da CPI do Porto, uma das boas sugestões, mas infelizmente, neste momento, nós estávamos vendo que o projeto seria derrubado; é melhor ser retirado Justifico o meu voto e de meus parceiros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Aprovado o requerimento.

Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 125/2005.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, eu queria justificar o meu voto também, é um direito consagrado que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, pelo Regimento, na verdade, a justificativa de voto é só por escrito.

Nós abrimos uma exceção ao autor do projeto que é o Deputado Valdir Rossoni, e eu gostaria da sua compreensão que poderá fazer a justificativa por escrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é muita discriminação com o Deputado Scarpellini! Todos os outros Deputados podem e ele não pode, nem falar em nome do MDB, que ele participou, não pode mais!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Reni, o Deputado Rossoni é o autor do Projeto e a justificativa de voto, realmente, conforme o nosso estatuto, é por escrito.

Redação final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2005, que

fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 (vinte mil duzentos e trinta e sete) policiais militares, distribuídos pelos respectivos postos e graduações, bem como alterar a Lei Estadual nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 477/2005 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.237 policiais-militares.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, por postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, de acordo com os quantitativos fixados nos Anexos I e II desta Lei, denominados respectivamente de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 3º A Lei 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45.

I - Grupamento de Bombeiros, e Subgrupamento de Bombeiros Independente (GB E SGBI): incumbidos da missão de extinção de incêndios, busca e salvamento, são subordinados ao Comando do Corpo de Bombeiros;

II - Subgrupamento de Bombeiros: organização subordinada a um Grupamento de Bombeiros;

III - Seção de Bombeiros (SB): organização subordinada a um Subgrupamento de Bombeiros ou Subgrupamento de Bombeiros Independente e com as mesmas missões e características destes;

Art. 46. Os Grupamentos de Bombeiros e os Subgrupamentos de Bombeiros Independentes são assim organizados:

III - Estado-Maior;

Art. 47. As áreas de responsabilidade e desdobramento das unidades operacionais do Corpo de Bombeiros obedecerão ao que prescreve o Capítulo Único do Título III desta Lei, no que lhe for aplicável, sendo que um Grupamento equivale a um Batalhão, um Subgrupamento equivale a uma Companhia e uma Seção de Bombeiros equivale a um Pelotão.”

Art. 4º Fica acrescido o inciso VIII, a alínea “i”, ao parágrafo 3º e parágrafo 8º ao artigo 41, da Lei 6.774, de 08 de janeiro de 1976, com as seguintes redações:

“VII - Siate (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência).

§ 3º

i) 8ª Seção (BM/8): assuntos de Defesa Civil.

§ 8º A Coordenadoria do Siate incumbe-se da direção, controle, coordenação e planejamento dos recursos do Corpo de Bombeiros empregados no Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências.”

Art. 5º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 6º Ficam criadas 01 (uma) vaga de Capitão PM Músico e 01 (uma) segunda vaga de 2º Tenente PM músico, no Quadro de Oficial Especialista Músico da Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná, acrescentando-se tais vagas ao anexo I, do artigo 2º do projeto em epígrafe.”

Art. 7º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 14.696, de 11 de maio de 2005, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.09.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS ANEXO I								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	186	204	239	742
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Med	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA					13	25	75	113
QCPM						1		1
QOE	Músicos				1	1	2	4
TOTAL		16	57	102	270	324	377	1146

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Clube da Terceira Idade Nossa Senhora da Salete, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro na comarca da Catanduvas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Estrela da Manhã, com sede no Município de Rio Bonito do Iguaçu e foro no Município de Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA

CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2005, de 13.06.2005, em Projetos de Lei, pag. 12).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 372/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Estrela da Manhã, com sede no Município de Rio Bonito do Iguaçu e foro no Município de Laranjeiras do Sul.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2005, de 13.06.2005, em Projetos de Lei, pag. 12).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 373/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro no Município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 373/2005

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, e representação na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2005, de 09.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 07).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 470/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância APMI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 470/2005

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que institui o Título Honorífico do Estado do Paraná, denominado mérito policial, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2005, de 09.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 08).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 472/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 472/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, tem como escopo instituir o título honorífico denominado Mérito Policial, a ser concedido aos membros das Polícias Civil, Militar e Bombeiros, nos seus respectivos dias.

Dispõe a Lei 13.115, de 14.02.2001:

“Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos um (01) dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.

(...)

Art. 2º Cada exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná”.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa título honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice à Lei Complementar 95/98.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto em tela.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação do Pessoal da Universidade de Londrina - APUEL, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 16).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 496/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Barbosa Neto, declara de Utilidade Pública a Associação do Pessoal da Universidade Estadual de Londrina - APUEL, com sede e foro no Município Londrina.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com sede e foro em Jandaia do Sul. PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/2005, de 24.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 502/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 502/2005

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul e foro no Município de Londrina, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede no Município de Santana do Itararé e foro na Comarca de Wenceslau Braz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2005, de 29.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 07).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 504/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Santana do Itararé.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 504/2005

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede no Município de Santana do Itararé e foro na Comarca de Wenceslau Braz, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lurdes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2005, de 29.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 10).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 511/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lurdes de Maringá, com sede e foro no Município Maringá, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 20.09.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/2005, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Evangélica Batista de

Guabirota - ASIEBG, com sede e foro no Município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2005, de 12.09.2005, em Projetos de Lei, pag. 18).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 547/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública a Ação Social Evangélica Batista de Guabirota - ASIEBG, com sede e foro no Município Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 20.09.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Lucinéia Ricardo Braciforte - Ensino Fundamental, com sede e foro no Município de Ubatuba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 095/2005, de 13.09.2005, em Projetos de Lei, pag. 05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 548/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Lucinéia Ricardo Braciforte - Ensino Fundamental, com sede e foro no Município Ubatuba/PR.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 20.09.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunidade Deus Forte Provedor - Ministério de Comunicação, com sede e foro no Município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14.09.2005, em Projetos de Lei, pag. 13).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 559/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação Comunidade Deus Forte Provedor - Ministério de Comunicação, com sede e foro no Município Londrina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui, em todos os concursos públicos e testes seletivos realizados no Poder Legislativo Estadual, a obrigatoriedade da inclusão de questões referentes ao Direito da Criança e do Adolescente. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2005, de 30/08/2005, em Projeto de Resolução, pag. 04).**

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo instituir, em todos os concursos públicos realizados no Poder Legislativo Estadual, a obrigatoriedade da inclusão de questões referentes ao Direito da Criança e do Adolescente.

Chamada a opinar, cumprindo determinação regimental, esta Comissão Executiva, após profundo exame, nada encontra que possa impedir a normal tramitação processual legislativa da Proposição, conotada a intenção da legisladora autora de assegurar, aos futuros integrantes

da Assembléia Legislativa, profícuo conhecimento dos direitos das crianças e do adolescente, quando da seleção de servidores de nossa instituição.

Em sendo assim, fundamentada no mérito da proposta, esta Comissão Executiva manifesta-se favoravelmente ao Projeto de Resolução em exame, opinando pela aprovação em Plenário.

É o parecer.

Palácio "XIX de Dezembro, em 19.09.2005.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Discussão Única (Indicações)

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 040/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do Curso de Comércio Exterior no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 099/2005, de 20/09/2005, em Indicações).**

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 041/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do Curso de Educação Física no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 099/2005, de 20/09/2005, em Indicações).**

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 042/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do Curso de Economia no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 099/2005, de 20/09/2005, em Indicações).**

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 043/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que sugere a criação do Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - SAR/PM/CBM/PR e respectiva capelanía militar, subordinado ao comandante-geral. **Aprovada. (Publ. no DA nº 100/2005, de 21/09/2005, em Indicações).**

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 044/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do Curso de Assistência Social no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 100/2005, de 21/09/2005, em Indicações).**

ITEM 22

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 045/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação

ção e implantação do Curso de Jornalismo no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 100/2005, de 21/09/2005, em Indicações).**

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para discutir, Deputado José Domingos ScarPELLini.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, desculpe o Deputado Scarpellini está pedindo para discutir mas estou pedindo Pela Ordem. Esperei o senhor terminar porque há algum tempo atrás nós solicitamos que fosse feita aquela Comissão para alertar alguns pontos do nosso Regimento Interno.

Sei que não é Questão de Ordem mas quero deixar registrado, Sr. Presidente, que esta é uma Casa política e nós não podemos ficar absolutamente burocratizado e temos que fazer justificativa de voto por escrito! Parece-me que é hora de mudarmos essas coisas. Se tivermos que ler justificativas de voto, vamos deixar de ser um Parlamento e passaremos a ser uma repartição pública.

Isso é inadmissível dentro de uma Assembléia Legislativa, que talvez isso a caracterize como a mais atrasada do Brasil!

É só isso, obrigado pela sua compreensão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero nesta oportunidade, cumprimentar o Deputado Chico Noroeste, de Foz do Iguaçu. Deputado que com cuidado, zelo, traz esta proposta como uma sugestão para a implantação do curso de Jornalismo no campus de Foz do Iguaçu, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Não fui freqüentador da cidade de Foz do Iguaçu, não freqüento a Cristal, lá nem aqui, não vou a cavalo para Foz e nem a Brasília. Não fui declarado ainda inelegível, não votei pelo pedágio, nem eu e nenhum outro parente meu. Sinto-me na liberdade de defender os interesses de Foz do Iguaçu. Não tenho diária fria tirada na Prefeitura de Apucarana, nem na de Foz, nem aqui na Assembléia e nem em lugar nenhum.

Quero, Srs. Deputados aqui presentes, Sr. Presidente da Assembléia, dizer que o tempo dos cavalos indicados para o Senado foi no Império Romano, não sei se estão indicando cavalos como Deputados no Brasil. Severinos e Severinas estão em descrédito e em desuso.

Quero neste momento, Sr. Presidente, dizer que não sou do amém a nenhum rato de cabeça branca e nem a gato felpudo nenhum! Quero dizer que venho a esta Casa e, aqui, defendo minhas idéias, como defendi a aplicação de um AI5 em um Capitão que prendia arbitria-

mente todo mundo em Apucarana - e que o Presidente da República -, pois era regime militar. Não tendo outra alternativa de se fazer chegar a voz do interior e a voz do povo, viemos para aquela tribuna, tribuna do MDB e exercitamos ali o nosso direito, como exercita o seu direito agora o Deputado Chico Noroeste de pedir a aplicação. O Deputado Anibelli nos defendeu e acompanhou em Brasília: não viemos de quatro e nem de cócoras. Quer dizer, assim como fui respeitado pelo Dr. Ulysses Guimarães, pelo Dr. Tancredo Neves, pelo Secretário Geral do MDB à época Tales Ramalho, pelo Deputado Anibelli e outros Deputados que permaneciam no PMDB, como o Deputado Chico Noroeste com coerência está aqui defendendo o jornalismo lá na terra de Foz do Iguaçu.

Portanto o meu voto é favorável, mas quero registrar que não é pelo cavalo, não é pelo Severino, não é por nada que estamos apoiando o Deputado Chico Noroeste.

E quero dizer que, Cristal, nem lá e nem, aqui!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação. **Aprovada.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Só quero lembrar à Assembléia, que hoje as lideranças políticas de Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa, Nova Santa Rosa e tantos outros Municípios mais, fecharam a rodovia BR-163. Das 5 horas da manhã até este momento ela ainda se encontra fechada impedindo o trânsito de qualquer carro. E fecharam na tarde de hoje também a rodovia por Terra Roxa e Palotina.

Por que isso? Porque a rodovia de Marechal Cândido Rondon a Guaíra não tem mais condições de tráfego. A BR-272, ligando Francisco Alves e Guaíra, todos nós sabemos está interditada por causa da ponte sobre o Rio Piquiri. E todo movimento por esta rodovia passava por Palotina e Terra Roxa e o pessoal do movimento resolveu fechar também a PR que liga Terra Roxa, porém Guaíra está totalmente sem comunicação, sem tráfego nenhum. Não se consegue chegar a Guaíra por terra, aqui, do Sul do Brasil. Lamentável termos que chegar neste ponto para convencer os nossos governantes a recuperar as rodovias federais do nosso Brasil!

E há gente que ainda fala sobre o pedágio...

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2903, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2904, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2906, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2910, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2911, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2912, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Não recebido conforme o artigo 131, parágrafo 1º e 3º, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 2915, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2918, 2921, 2922 e 2926, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2919, 2920 e 2023 a 2925, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Não recebidos conforme artigo 131, parágrafo 1º e 3º, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 2934, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Não recebido conforme artigo 131, parágrafo 1º e 3º do Regimento Interno.**

Requerimento nº 2929, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas para justificar a ausência dos Deputados Ângelo Vanhoni e André Vargas que estão em Londrina acompanhando o Prefeito Nedson, pelo fato de ter falecido a sua esposa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Requerimento nº 2933, de autoria dos Srs. Deputados Padre Paulo Campos, Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Para discutir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu havia pedido antes. Eu iria pedir para que fosse feita a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Eu havia pedido para discutir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu estava na frente do Deputado Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura do requerimento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu havia solicitado antes.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Para não criar constrangimento, retiro o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 268, 372, 373, 392, 470, 472, 496, 502, 504, 511, 547, 548 e 559/2005 e do Projeto de Resolução nº 017/2005.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233, 244, 427/2005 e do Projeto de Resolução nº 013/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 450/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12954/1996, de 11 de dezembro de 1995 e nº 7561/2003, de 19 de setembro de 2003, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar revogar os Atos da Comissão nºs 100/1996 e 390/2003, que concederam aposentadoria por invalidez,

ao funcionário ANTONIO BERALDO MARIANO, matrícula nº 40.038, por negativa do registro pelo Tribunal de Contas do Estado, consubstanciado na Resolução nº 4550/2003.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.09.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Aílton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mário Bradock, Ratinho Junior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se ao expediente: Requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins solicitando preferência de votação de projetos (anexo) – Aprovado por unanimidade. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 392/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Altera dispositivos da Lei nº 11.580/96 - ICMS. Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **02) Projeto de Lei nº 468/05 de autoria do Deputado Cesar Seleme** - Autoriza o Poder Executivo prorrogar cessão de uso de imóvel ao Município de Curitiba. Parecer favorável do Deputado Aílton Araújo – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 337/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão** - Altera dispositivos da Lei nº 11.580/96 – Redução alíquota de ICMS para máquinas e equipamentos de terra-planagem. Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; **04) Proposição Veto Parcial nº 65/05 de autoria do Poder Executivo** - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 189/05 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2.006. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 211/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva para os servidores, ocupantes do cargo de delegado de polícia do quadro de pessoal da polícia civil. Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Aprovado, com abstenção dos Deputados José Maria Ferreira

e Hermes Fonseca; **06) Projeto de Lei nº 282/05 de autoria do Deputado Carlos Simões** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de advertência em anúncios nos jornais do Paraná, com relação a publicações sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa – Aprovado; **07) Projeto de Lei nº 287/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre o programa escola domiciliar para alunos enfermos matriculados na rede pública estadual de ensino. Parecer favorável do Deputado Aílton Araújo – Aprovado, com voto contrário do Deputado Hermes Fonseca; **08) Projeto de Lei nº 288/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes** - Dispõe sobre isenção do pagamento de taxas estaduais relativas à realização de exame de direção veicular para candidatos reprovados no primeiro teste. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; **09) Projeto de Lei nº 291/05 de autoria do Deputado Geraldo Cartário** - Obriga os municípios a apresentarem certidão negativa dos cartórios distribuidores de protesto, serviços de proteção ao crédito e similares. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor – Aprovado; **10) Projeto de Lei nº 292/05 de autoria do Deputado Geraldo Cartário** - Altera legislações específicas que tratam da exclusividade de função na polícia civil e militar. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Rejeitado. O senhor Presidente coloca em votação o voto em separado do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto; **11) Projeto de Lei nº 315/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio em rodovias estaduais, para veículos automotores de propriedade de pessoas portadoras de deficiência ou de responsáveis legais. Parecer contrário do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **12) Projeto de Lei nº 335/05 de autoria do Deputado Padre Paulo** - Designa a substituição do termo aluno por educando na educação do Estado do Paraná. Parecer contrário do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **13) Projeto de Lei nº 348/05 de autoria do Deputado Nereu Moura** - Autoriza o Poder Executivo a incluir na malha rodoviária estadual o trecho de estrada que liga o Município de Nova Aurora à rodovia Pr-108. O Deputado Reni Pereira solicita a conversão da matéria em diligências junto à Secretaria de Estado dos Transportes – Deferida; **14) Projeto de Lei nº 375/05 de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo** - Institui o programa de produção do biodiesel paranaense. Os Deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca solicitam vistas – Concedidas pelo Presidente; **15) Projeto de Lei nº 391/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Altera dispositivos da Lei nº 8.246/86 – Autorizou o Poder Executivo conceder pensão aos portadores de hanseníase incapacitados. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **16) Projeto de Lei nº 397/05 de autoria dos**

Deputados Augustinho Zucchi e Angelo Vanhoni - Cria curso preparatório aos processos seletivos em estabelecimentos da rede estadual de ensino. Parecer contrário do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **17) Projeto de Lei nº 399/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti** - Concede título de cidadão benemérito do Paraná ao senhor Jefferson Nogaroli. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **18) Projeto de Lei nº 405/05 de autoria do Deputado Nelson Garcia** - Autoriza o Poder Executivo destinar recursos do IPVA. Parecer contrário do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **19) Projeto de Lei nº 426/05 de autoria do Deputado Padre Paulo** - Altera dispositivos da Lei nº 11.713/97 - ensino. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor – Aprovado; **20) Projeto de Lei nº 427/05 de autoria do Deputado Reni Pereira** - Dispõe que os estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática localizados no Município de Foz do Iguaçu, receberão tratamento tributário específico com relação ao ICMS. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **21) Projeto de Lei nº 430/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Institui o dia do doutor Daisaku Ikeda no Paraná. O Deputado Aílton Araújo solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **22) Projeto de Lei nº 281/04 de autoria do Deputado Nelson Tureck** - Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **23) Projeto de Lei nº 191/05 de autoria do Deputado Padre Paulo** - Altera dispositivos da Lei nº 13.134/01 – Cota de reserva para índios. O Deputado Aílton Araújo solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **24) Projeto de Lei nº 480/05 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins** - Institui o dia do profissional da educação física. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **25) Projeto de Lei nº 209/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Declara de utilidade pública o Provopar, com sede no Município de Fernandes Pinheiro e foro no Município de Teixeira Soares. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa – Aprovado; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Aílton Araújo, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mário Bradock, Ratinho Junior, Reni Pereira, Augustinho Zucchi, Nereu Moura e Alexandre Curi. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se ao expediente: Requerimento oral dos Deputados Luiz Carlos Martins e Mário Bradock, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nº 477/05 e 381/04 e ao Projeto de Decreto Legislativo 03/04 – Aprovado por unanimidade. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 477/05 de autoria do Poder Executivo** - Fixa o efetivo da polícia militar em 20.237 policiais. Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **02) Projeto de Lei nº 281/04 de autoria do Deputado Nelson Tureck** - Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 191/05 de autoria do Deputado Padre Paulo** - Altera dispositivos da Lei nº 13.134/01 – Cota de reserva para índios. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; **04) Projeto de Lei nº 221/05 de autoria do Deputado Miltinho Puppio** - Institui a lei de responsabilidade social. O Deputado Ratinho Junior solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **05) Projeto de Lei nº 277/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti** - Institui bolsa atleta no Paraná. O Deputado Mário Bradock solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **06) Projeto de Lei nº 306/05 de autoria dos Deputados Elza Correia e Marcos Isfer** - Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. O Deputado Aílton Araújo solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **07) Projeto de Lei nº 329/05 de autoria do Deputado Nereu Moura** - Dispõe sobre as atividades das empresas de asseio e conservação no Paraná. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca e Elton Welter; **08) Projeto de Lei nº 375/05 de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo** - Institui o programa de produção do biodiesel paranaense. Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Rejeitado. O senhor Presidente coloca em votação o voto em separado do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado, com voto contrário do Deputado Ratinho Junior; **09) Projeto de Lei nº 391/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Altera dispositivos da Lei nº 8.246/86 – Autorizou o Poder Executivo conceder pensão aos portadores de hanseníase incapacitados. Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado;

10) Projeto de Lei nº 399/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti - Concede título de cidadão benemérito do Paraná ao senhor Jefferson Nogaroli. Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **11) Projeto de Lei nº 430/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Institui o dia do doutor Daisaku Ikeda no Paraná. Parecer contrário do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **12) Projeto de Lei nº 474/05 de autoria do Deputado Luiz Accorsi** - Autoriza o Poder Executivo proceder reversão de imóvel ao Município de Loanda. Parecer contrário do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **13) Protocolo nº 6042/05 de autoria do Superior Tribunal de Justiça** - Pedido de autorização para processar o senhor Governador do Estado do Paraná. O Deputado Relator Aílton Araújo solicita que se dê ciência ao senhor governador para que apresente defesa no prazo de 10 sessões – Deferido. O Deputado Mário Bradock solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **14) Projeto de Lei nº 486/05 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin** - Dispõe sobre o limite máximo de alunos nas salas de aula no Paraná. O Deputado Mário Bradock solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **15) Projeto de Lei nº 252/03 de autoria do Deputado Luciano Ducci** - Estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. Parecer do Deputado Mário Bradock, favorável à emenda de Plenário, na forma da sub-emenda anexa – Aprovado; **16) Projeto de Lei nº 141/05 de autoria do Deputado Chico Noroeste** - Autoriza o Poder Executivo a implantar pólo de distribuição de mercadorias no Município de Foz do Iguaçu. Parecer contrário do Deputado Aílton Araújo – Aprovado, com abstenção do Deputado Reni Pereira; **17) Projeto de Lei nº 153/05 de autoria da Deputada Arlete Caramês** - Estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e cria a comissão de monitoramento da violência contra a mulher. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto, na forma da emenda anexa – Aprovado; **18) Projeto de Lei nº 201/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes** - Proíbe por parte das empresas de concessão de serviços públicos estaduais, a cobrança de taxa de religação de seus serviços no Estado do Paraná. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor – Aprovado; **19) Projeto de Lei nº 268/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas auto-peças “desmanches”. Parecer do Deputado Duílio Genari, favorável à emenda nº 01 e contrário à emenda nº 2 de Plenário; **20) Projeto de lei nº 435/05 de autoria do Deputado Nelson Justus** - Declara de utilidade pública o Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales, com sede no Município de Moreira Sales e foro no Município de Goioerê. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **21) Projeto de Lei nº 436/05 de autoria da Deputada Elza Correia** - Declara de utilidade pública a Associação Shekiná, com

sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **22) Projeto de Lei nº 479/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Declara de utilidade pública a Associação dos Sericultores de Altônia e Região, com sede e foro no Município de Altônia. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **23) Projeto de Lei nº 482/05 de autoria do Deputado Aílton Araújo** - Declara de utilidade pública a Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede no Município de Araruna e foro no Município de Peabiru. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **24) Projeto de Lei nº 490/05 de autoria do Deputado José Maria Ferreira** - Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Porecatu, com sede e foro no Município de Porecatu. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Aílton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mário Bradock, Nelson Justus, Ratinho Junior, Reni Pereira, Neivo Beraldin, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se ao expediente: Requerimento dos Deputados Nelson Justus e Mário Bradock, solicitando a inclusão e preferência de votação ao Projeto de Lei nº 532/05 e preferência de votação ao Projeto de Decreto Legislativo 03/04 (anexo) – Aprovado por unanimidade. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 532/05 de autoria do Deputado Angelo Vanhoni** - Institui o dia estadual da criança com neoplasia. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **02) Projeto de Decreto Legislativo nº 03/04 de autoria da Comissão Executiva** - Susta efeitos do acordo de acionistas da Sanepar, celebrado em 04.09.98, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **03) Projeto de Lei nº 221/05 de autoria do Deputado**

Miltinho Puppio - Institui a lei de responsabilidade social. Parecer contrário do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 277/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti** - Institui bolsa atleta no Paraná. O Deputado José Maria Ferreira solicita a devolução à autora para correções – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 427/05 de autoria do Deputado Reni Pereira** - Dispõe que os estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática localizados no Município de Foz do Iguaçu, receberão tratamento tributário específico com relação ao ICMS. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins, acolhendo emenda do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **06) Projeto de Lei nº 222/05 de autoria do Deputado Miltinho Puppio** - Altera dispositivos da Lei nº 14.583/04 – Isenção das taxas de estadia nos pátios do Detran. Parecer contrário do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **07) Projeto de Lei nº 246/05 de autoria do Deputado André Vargas** - Autoriza a doação de lotes ao Município de Borrazópolis. Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **08) Projeto de Lei nº 248/05 de autoria do Deputado André Vargas** - Autoriza doação de terras ao Município de Imbaú. Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **09) Projeto de lei complementar nº 255/05 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi** - Institui o dia estadual do Rotaract. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **10) Projeto de Lei nº 269/05 de autoria do Deputado Duílio Genari** - Denomina de Rodovia Antonio Gregulia, o trecho da rodovia estadual PR 317. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **11) Projeto de lei nº 302/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer** - Institui o dia do cliente no calendário oficial do estado. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **12) Projeto de Lei nº 359/05 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação do nome dos compositores das músicas veiculadas pelas emissoras de rádio-difusão no Paraná. Parecer contrário do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **13) Projeto de Lei nº 409/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti** - Institui o dia de luta contra o câncer de mama. Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **14) Projeto de Lei nº 411/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão** - Estabelece normas de controle ambiental e regulamenta operação de postos de combustíveis. Parecer favorável do Deputado Elton Welter – Aprovado; **15) Projeto de Lei nº 252/03 de autoria do Deputado Luciano Ducci** - Estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. Parecer do Deputado Mário Bradock, favorável à emenda de Plenário, na forma da sub-emenda anexa – Aprovado; **16) Projeto de Lei nº 141/05 de autoria do Deputado Chico Noroeste** - Autoriza o Poder Executivo a implantar pólo de distribuição de mercadorias no Município de Foz do Iguaçu. Parecer contrá-

rio do Deputado Aílton Araújo – Aprovado, com abstenção do Deputado Reni Pereira; **17) Projeto de Lei nº 153/05 de autoria da Deputada Arlete Caramês** - Estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e cria a comissão de monitoramento da violência contra a mulher. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto, na forma da emenda anexa – Aprovado; **18) Projeto de Lei nº 201/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes** - Proíbe por parte das empresas de concessão de serviços públicos estaduais, a cobrança de taxa de religação de seus serviços no Estado do Paraná. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor – Aprovado; **19) Projeto de Lei nº 268/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas autopeças “desmanches”. Parecer do Deputado Duílio Genari, favorável à emenda nº 01 e contrário à emenda nº 2 de Plenário; **20) Projeto de lei nº 435/05 de autoria do Deputado Nelson Justus** - Declara de utilidade pública o Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales, com sede no Município de Moreira Sales e foro no Município de Goioerê. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **21) Projeto de Lei nº 436/05 de autoria da Deputada Elza Correia** - Declara de utilidade pública a Associação Shekiná, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **22) Projeto de Lei nº 479/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi** - Declara de utilidade pública a Associação dos Sericultores de Altônia e Região, com sede e foro no Município de Altônia. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **23) Projeto de Lei nº 482/05 de autoria do Deputado Aílton Araújo** - Declara de utilidade pública a Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede no Município de Araruna e foro no Município de Peabiru. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **24) Projeto de Lei nº 490/05 de autoria do Deputado José Maria Ferreira** - Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Porecatu, com sede e foro no Município de Porecatu. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão

de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ademar Traiano, Aílton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Mário Bradock, Neivo Beraldin, Pastor Edson Praczyk, Artagão Junior e José Domingos Scarpellini. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se ao expediente: Requerimento do Deputado Barbosa Neto, solicitando a preferência de votação ao Projeto de Lei nº 367/05 (anexo) – Aprovado por unanimidade. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 367/05 de autoria do Poder Executivo** - Objetiva criar o instituto de regularização fundiária, agrária e de geociência, sob vinculação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto às emendas de Plenário – Aprovado; **02) Projeto de Lei nº 270/05 de autoria do Deputado Nereu Moura** - Autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao Município de Jesuítas. Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 306/05 de autoria dos Deputados Elza Correia e Marcos Isfer** - Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Parecer favorável do Deputado Elton Welter – Rejeitado; **04) Projeto de Lei nº 404/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos públicos aos doadores de sangue. Parecer favorável do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 407/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão** - Altera dispositivos da Lei nº 11.580/96 – ICMS. O Deputado Reni Pereira requer diligências à Secretaria de Estado da Fazenda – Deferido; **06) Projeto de Lei nº 422/05 de autoria do Deputado Antonio Anibelli** - Denomina de Prefeito Francisco Teixeira, o trecho da Pr-281 que liga Lagoinha ao Município de Agudos do Sul. Parecer contrário do Deputado Aílton Araújo – Aprovado; **07) Projeto de Lei nº 431/05 de autoria do Deputado Luiz Accorsi** - Concede título de cidadão benemérito do Paraná ao doutor Nilson Tadashi Uhemura. Parecer favorável do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **08) Projeto de lei nº 439/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti** - Concede título de cidadão benemérito do Paraná ao senhor Ariovaldo Costa Paulo. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **09) Projeto de Lei nº 450/05 de autoria do Deputado Nereu Moura** - Autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao Município de Goioerê. Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **10) Projeto de Lei nº 451/05 de autoria do Deputado Nereu Moura** - Autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao Município de Goioerê. Parecer favorável do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **11) Projeto de Lei nº 457/05 de autoria do Deputado José Maria Ferreira** - Autoriza o

Poder Executivo a reverter doação de imóvel ao Município de São Sebastião da Amoreira. Parecer favorável do Deputado Elton Welter – Aprovado **12) Projeto de lei nº 472/05 de autoria do Deputado Mário Bradock - Institui o título honorífico Mérito Policial no Paraná.** Parecer favorável do Deputado Aílton Araújo – Aprovado; **13) Projeto de lei nº 486/05 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin** - Dispõe sobre o limite máximo de alunos nas salas de aula no Paraná. Parecer favorável do Deputado Ademar Traiano – Rejeitado. O senhor Presidente coloca em votação o voto em separado, contrário, do Deputado Mário Bradock - Aprovado; **14) Proposição Veto nº 09/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **15) Proposição Veto nº 15/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **16) Proposição Veto nº 18/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Aílton Araújo – Aprovado; **17) Proposição Veto nº 20/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Aílton Araújo – Aprovado; **18) Proposição Veto nº 21/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **19) Proposição Veto nº 31/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **20) Proposição Veto nº 49/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Elton Welter – Aprovado; **21) Proposição Veto nº 50/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Elton Welter – Aprovado; **22) Proposição Veto nº 55/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **23) Proposição Veto nº 56/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **24) Proposição Veto nº 57/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **25) Proposição Veto nº 58/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **26) Proposição Veto nº 59/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; **27) Proposição Veto nº 60/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **28) Proposição Veto nº 61/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **29) Proposição Veto nº 62/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **30) Proposição Veto nº 63/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **31) Proposição Veto nº 68/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **32) Proposição Veto nº 69/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **33) Proposição Veto nº 64/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **34) Proposi-**

ção Veto nº 66/05. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **35) Proposição Veto nº 70/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ratinho Junior, lido pelo Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **36) Proposição Veto nº 73/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ratinho Junior, lido pelo Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **37) Proposição Veto nº 74/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ratinho Junior, lido pelo Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **38) Proposição Veto nº 75/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado José Domingos Scarpellini – Aprovado; **39) Proposição Veto nº 76/05.** Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado José Domingos Scarpellini – Aprovado; **40) Projeto de Lei nº 500/05 de autoria do Deputado Rafael Greca -** Concede cidadania benemérita do Paraná à juíza Joeci Machado Camargo. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. O senhor Presidente coloca em votação, em bloco, os Projetos de Utilidade Pública a seguir: **41) Projeto de Lei nº 373/05; 42) Projeto de Lei nº 414/05; 43) Projeto de Lei nº 440/05; 44) Projeto de Lei nº 496/05; 45) Projeto de Lei nº 502/05; 46) Projeto de Lei nº 504/05; 47) Projeto de Lei nº 507/05; 48) Projeto de Lei nº 511/05; 49) Projeto de Lei nº 522/05; 50) Projeto de Lei nº 523/05; 51) Projeto de Lei nº 372/05; 52) Projeto de Lei nº 460/05; 53) Projeto de Lei nº 465/05; 54) Projeto de Lei nº 469/05; 55) Projeto de Lei nº 497/05; 56) Projeto de Lei nº 543/05; 57) Projeto de Lei nº 547/05; 58) Projeto de Lei nº 548/05; 59) Projeto de Lei nº 550/05; 60) Projeto de Lei nº 551/05; 61) Projeto de Lei nº 559/05.** Todos com parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **62) Projeto de Lei nº 302/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer –** Institui o dia do cliente no Paraná. Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Aílton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz

Carlos Martins, Mário Bradock, Nelson Justus, Plauto Miro Guimarães, Ratinho Junior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se ao expediente: Requerimento do Deputado Barbosa Neto, solicitando a preferência de votação ao Projeto de Lei nº 367/05 (anexo) – Aprovado por unanimidade. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 361/05 de autoria do Deputado Elton Welter -** Incentiva o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar no Paraná. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **02) Projeto de Lei nº 212/05 de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Miltinho Puppio e Elton Welter -** Altera dispositivos das Leis nº 11.054/95 e nº 14.582/04 – Lei Florestal do Estado. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto à emenda de Plenário – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 442/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti -** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 83/98 – Região Metropolitana de Maringá. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 530/05 de autoria do Deputado Angelo Vanhoni -** Institui o programa de fomento à indústria audiovisual. Parecer contrário do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 92/05 de autoria do Poder Executivo -** Altera dispositivos da Lei nº 12.020 de 09/01/98 (Fundo do Paraná, Iapar, Tecpar, Seti, Fundação Araucária). O Deputado José Maria Ferreira requer diligências à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – Deferido; **06) Projeto de Lei nº 278/05 de autoria do Deputado Mário Bradock -** Institui a obrigatoriedade de realização de perícia anual em pontes e viadutos integrantes das rodovias e estradas estaduais. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **07) Projeto de Lei nº 298/05 de autoria do Deputado Angelo Vanhoni -** Dispõe sobre o programa estadual de incentivo à cultura. Parecer contrário do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **08) Projeto de Lei nº 363/05 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins -** Autoriza o Governo do Estado implantar programa de atendimento psicopedagógico e social nas escolas da rede pública estadual. O Deputado Hermes Fonseca solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **09) Projeto de Lei nº 369/05 de autoria do Deputado Neivo Beraldin -** Orienta a implantação de distritos industriais ecológicos. O Deputado Hermes Fonseca solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **10) Projeto de Lei nº 381/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini -** Denomina de Rodovia Doutor Joaquim Vicente de Castro, trecho da Pr-082 que liga Fênix ao entroncamento de São João do Ivaí. Parecer contrário do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **11) Projeto de Lei nº 402/05 de autoria do Deputado Geraldo Cartário -** Altera dispositivos da Lei nº 13.032/00 – Fundo estadual de conservação rodoviária. Parecer contrário do Deputado Mário Bradock – Apro-

vado **12) Projeto de Lei nº 418/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre a lei de promoções dos oficiais da Polícia Militar do Paraná. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **13) Projeto de Lei nº 438/05 de autoria do Deputado José Maria Ferreira** - Corrige a denominação do município beneficiado pelo plano de aplicação da lei nº 14.600/04 – Município de Iguatu – Santa Mariana. O Deputado Mário Bradock solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **14) Projeto de Lei nº 448/05 de autoria do Poder Executivo** - Autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao Município de Jaguapitã. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; **15) Projeto de Lei nº 491/05 de autoria do Poder Executivo** - Autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso de imóvel ao Município de Paranavaí. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **16) Projeto de Lei nº 492/05 de autoria do Poder Executivo** - Autoriza o Poder Executivo efetuar reversão de doação de imóvel ao Município de Astorga. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **17) Projeto de Lei nº 509/05 de autoria do Deputado Mário Bradock** - Dispõe sobre exame psiquiátrico em policiais civis e militares que encontram-se na ativa. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **18) Proposição Veto nº 01/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado; **19) Proposição Veto nº 77/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Duílio Genari – Aprovado; **20) Proposição Veto nº 79/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Duílio Genari – Aprovado; **21) Proposição Veto nº 81/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Duílio Genari – Aprovado; **22) Proposição Veto nº 82/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **23) Proposição Veto nº 84/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **24) Proposição Veto nº 85/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **25) Proposição Veto nº 86/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **26) Proposição Veto nº 87/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **27) Projeto de Lei nº 415/05 de autoria do Deputado Geraldo Cartário** - Concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao senhor Rodrigo Rocha Loures. O Deputado Mário Bradock solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; **28) Proposição Veto nº 91/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **29) Proposição Veto nº 92/05**. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **30) Projeto de Resolução nº 13/05 de autoria do Depu-**

tado Nelson Justus - Aprova a realização de plebiscito nos Municípios de Moreira Sales e Goioerê, para que a população decida sobre a ratificação do memorial descritivo do Município de Moreira Sales, dado pela Lei nº 4.245/60. Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Mário Bradock, Ratinho Junior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Mário Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 478/04 de autoria do Deputado Neivo Beraldin** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de pára-raios normatizados. Parecer contrário do Deputado Mário Bradock – Aprovado; **02) Projeto de lei nº 77/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes** - Institui a obrigatoriedade de realização de perícia anual, com laudos técnicos, em pontes e viadutos integrantes das rodovias e estradas no Estado do Paraná. Parecer contrário do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 260/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini** - Altera dispositivos da Lei nº 13.400/01 – Instituições bancárias, financeiras, de crédito e supermercados. Parecer favorável do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **04) Projeto de Lei nº 271/05 de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo** - Dispõe sobre a proibição de remoção da infra-estrutura ferroviária pelas concessionárias de serviços de transporte férreo. Parecer favorável do Deputado Ademar Traiano – Aprovado; **05) Projeto de Lei nº 323/05 de autoria do Deputado Carlos Simões** - Dispõe sobre a criação e comercialização do caramujo africano achatina fulica no Estado do Paraná. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **06) Projeto de Lei nº 353/05 de autoria do Deputado Ratinho Junior** - Propõe a implantação de programa de identificação precoce da deficiência auditiva por metodologia objetiva. Parecer contrário do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; O Deputado José Maria Ferreira

requer oralmente preferência de votação ao Projeto de Lei nº 484/04. O senhor Presidente coloca em votação o requerimento – Aprovado; **07) Projeto de lei nº 484/04 de autoria do Poder Executivo** - Objetiva transformar a Emater em autarquia. Parecer do Deputado Reni Pereira, favorável às emendas nº 2 e 3; favorável com sub-emenda à nº 1 e contrário à emenda nº 4, todas de Plenário – Aprovado, com protesto do Deputado Elton Welter à emenda nº 4; **08) Projeto de Lei nº 357/05 de autoria do Deputado Angelo Vanhoni** - Institui o programa de alfabetização digital e a implantação dos telecentros parana-vegar e do programa de inclusão digital do Paraná nos CEEBJAs. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; **09) Projeto de Lei nº 383/05 de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo** - Dispõe sobre o programa justiça para todos. Parecer contrário do Deputado Elton Welter – Aprovado; **10) Projeto de Lei nº 385/05 de autoria do Tribunal de Justiça** - Altera dispositivos da Lei nº 14.277/03 – Código de organização e divisão judiciárias do Estado do Paraná. Parecer favorável do Deputado Ratinho Junior – Aprovado; **11) Projeto de Lei nº 395/05 de autoria do Deputado Carlos Simões** - Torna obrigatório exames oftalmológicos e otorrinolaringológico nas escolas públicas estaduais. Parecer contrário do Deputado Elton Welter – Aprovado; **12) Projeto de Lei nº 396/05 de autoria do Deputado Angelo Vanhoni** - Dispõe sobre a criação de curso de ensino religioso e teologia em instituição de educação superior estadual. Parecer contrário do Deputado Reni Pereira – Aprovado; **13) Projeto de Lei nº 401/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes** - Ficam franqueados todos os pedágios em dias de eleições. Parecer contrário do Deputado Nelson Justus – Aprovado; **14) Projeto de Lei nº 403/05 de autoria do Deputado Geraldo Cartário** - Autoriza o Poder Executivo estadualizar estradas do Município de Rio Negro. Parecer contrário do Deputado Elton Welter – Aprovado; **15) Projeto de Lei nº 408/05 de autoria do Deputado Mário Braddock** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de exame odontológico gratuito em alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná. Parecer contrário do Deputado Aílton Araújo – Aprovado; **16) Projeto de Lei nº 337/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão** - Altera dispositivos da Lei nº 11.580/96 – Redução alíquota de ICMS para máquinas e equipamentos de terraplanagem. Os Deputados José Maria Ferreira e Elton Welter solicitam vistas – Concedidas pelo Presidente; **17) Projeto de Lei nº 447/05 de autoria do Poder Executivo** - Autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso de imóvel ao Município de Porto Barreiro. Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda substitutiva anexa – Aprovado; **18) Projeto de lei nº 449/05 de autoria do Poder Executivo** - Autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso de imóvel ao Município de Realeza. Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca - Aprovado; **19) Projeto de Lei nº 261/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer** - Declara

de utilidade pública a Associação Casa Betel, com sede e foro no Município de Cianorte. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari - Aprovado; **20) Projeto de Lei nº 441/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti** - Declara de utilidade pública o Recanto da Fraternidade Plantando Vidas, com sede e foro no Município de Maringá. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari - Aprovado; **21) Projeto de Lei nº 444/05 de autoria do Deputado Luiz Accorsi** - Declara de utilidade pública o Centro de Evangelização, formação, vivência e acompanhamento Padre Arlindo Tomazi, com sede e foro no Município de Terra Rica. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari - Aprovado; **22) Projeto de Lei nº 445/05 de autoria do Deputado Ademar Traiano** - Declara de utilidade pública a Associação dos Pioneiros Mourãoenses, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari - Aprovado; **23) Projeto de Lei nº 454/05 de autoria do Deputado Ratinho Junior** - Declara de utilidade pública o Instituto Fundação Manoel da Graça, com sede e foro no Município de Arapongas. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **24) Projeto de Lei nº 471/05 de autoria do Deputado Geraldo Cartário** - Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Beneficente dos Oficiais de Justiça da Comarca de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **25) Projeto de Lei nº 473/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti** - Declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Medicina e Ensino, com sede e foro no Município de Maringá. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; **26) Projeto de Lei nº 476/05 de autoria do Deputado Cleiton Kielese** - Declara de utilidade pública a São Lucas Futebol Clube, com sede e foro no Município de Paranavaí. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Mercosul

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Mercosul, sob a presidência da senhora Deputada Luciana Rafagnin e com a presença dos senhores Deputados: Artagão

Junior, Duílio Genari, Luiz Nishimori e Neivo Beraldin. Havendo número legal, a senhora presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata de instalação e eleição em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Neivo Beraldin. Passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 08/05 de autoria do Deputado Aílton Araújo** - Proibição da venda de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e lanchonetes. Parecer contrário do Deputado Luiz Nishimori – Aprovado; **02) Projeto de Lei nº 43/05 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães** - Dispõe, para efeitos de segurança pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas. Parecer contrário do Deputado Luiz Nishimori – Aprovado; **03) Projeto de Lei nº 40/05 de autoria do Deputado Natálio Stica** - Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS – Combustível adulterado e **Projeto de Lei nº 74/05 de autoria do Deputado Elton Welter** - Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS, **ambos anexos**. Parecer contrário do Deputado César Seleme – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputa-

dos presentes e por mim, Everley Cleto, advogada e secretária desta Comissão.

LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

Everley Cleto - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
02ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Mercosul, sob a presidência da senhora Deputada Luciana Rafagnin e com a presença dos senhores Deputados: Duílio Genari, Luiz Nishimori, Élio Rush, Tadeu Veneri, Natálio Stica, Reni Pereira, Elton Welter, Augustinho Zucchi e Durval Amaral. Havendo número legal, a senhora presidente deu por aberta a presente reunião com objetivo de debater a autarquização da Emater. A reunião transcorreu conforme **Notas Taquigráficas** e lista de presença anexas.

LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

Everley Cleto - Secretária